



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MARIA RAQUEL CONCEIÇÃO BARBOSA

**MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB: um estudo sobre as condições de geração de  
emprego e renda**

JOÃO PESSOA

2017

MARIA RAQUEL CONCEIÇÃO BARBOSA

**MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB: um estudo sobre as condições de geração de  
emprego e renda**

Monografia apresentada ao curso de graduação em  
Ciências Econômicas da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Rejane Gomes Carvalho

JOÃO PESSOA

2017

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

B238m    Barbosa, Maria Raquel Conceição.  
          MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB: um estudo sobre as condições de  
          geração de emprego e renda / Maria Raquel Conceição Barbosa. – João  
          Pessoa, 2017.  
          82f.: il.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Rejane Gomes Carvalho.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Microrregião de Sousa. 2. Emprego e Renda. 3. Políticas Públicas. 4.  
Município. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:33(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos a coordenação de monografia do curso de graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Maria Raquel Conceição Barbosa, matrícula 11223507, intitulada "**MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB: um estudo sobre as condições de geração de emprego e renda**", foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pela professora Rejane Gomes Carvalho (orientadora) Prof.<sup>a</sup>. Wanderleya Farias (Examinadora), Prof.<sup>a</sup>. Rosângela Palhano (Examinadora), no dia 22 às 15 hs, no período letivo de 2017.1. A monografia foi APROVADA pela comissão examinadora e obteve nota (9,5).

Reformulações sugeridas: Sim ( ☐ ) Não ( ☒ )

Atenciosamente,

Rejane Gomes Carvalho

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Rejane Gomes Carvalho  
(Orientadora)

Wanderleya dos Santos Farias

Prof. Dr.<sup>a</sup> Wanderleya dos Santos Farias  
(Examinadora)

Rosângela Palhano Ramalho

Prof. Ms. Rosângela Palhano Ramalho  
(Examinadora)

Liédje Bettizade Oliveira de Siqueira

Prof. Dr.<sup>a</sup> Liédje Bettizade Oliveira de Siqueira  
(Coordenadora de TCC)

Prof.<sup>o</sup>. Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo  
(Coordenador do curso)

Prof.<sup>o</sup>. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho  
(Chefe de Departamento)

Ciente:

Maria Raquel Conceição Barbosa

Maria Raquel Conceição Barbosa  
(Aluna)

Dedico este trabalho ao meu pai José Janduí Barbosa (*in memoriam*) e a minha mãe Maria da Guia Barbosa de Queiroga por todo incentivo que me deram para buscar alcançar meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Deus que me permitiu trilhar este caminho e chegar a conclusão desta jornada.

Agradeço aos meus pais José Janduí Barbosa (in memoriam) e Maria da Guia Barbosa de Queiroga que sempre me incentivaram a estudar e trilhar meu próprio caminho através da perseverança e que com muito esforço me proporcionaram os ensinamentos necessários para alcançar minhas metas.

Aos meus irmãos Matheus e Manoel que são uma fonte de motivação para seguir este caminho e alcançar meus objetivos.

A minha Orientadora a Professora Dra. Rejane Gomes Carvalho pela paciência e dedicação em auxiliar-me neste trabalho e em minha caminhada acadêmica.

Aos amigos que caminharam comigo nesta jornada sempre me incentivando a superar os obstáculos que surgiam. Prefiro não citar nomes para não cometer o pecado de esquecer alguém importante.

Aos meus professores cada um de forma distinta que me proporcionaram conhecimentos e ensinamentos ao longo desta jornada.

A Agência de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Sousa-PB que forneceu informações para auxiliar na conclusão deste trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para que eu conseguisse chegar ao fim deste caminho.

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar as características sociais, econômicas e do mercado de trabalho na microrregião de Sousa, no estado da Paraíba, e verificar a existência de políticas públicas para a geração de emprego e renda. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o tema com o intuito de buscar fundamentos teóricos e metodológicos que permitissem compreender o contexto do desenvolvimento econômico e social da região. Além disso, foram utilizados dados secundários, obtidos a partir dos Censos Demográficos, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Analisaram-se indicadores de demografia, pobreza, o PIB e sua distribuição dentro da microrregião e o PIB *per capita*. Também foram considerados os indicadores de mercado de trabalho, como nível de rendimento e ocupações produtivas. Uma pesquisa de campo com gestores dos municípios de Sousa e Pombal foi realizada na busca de informações sobre políticas públicas locais voltadas para o mercado de trabalho. A partir do estudo realizado, verificou-se que os municípios de Sousa e Pombal destacam-se na microrregião com os melhores indicadores socioeconômicos, o que indica a forte dependência dos outros municípios em torno dessas localidades. No tocante às políticas públicas locais de emprego e renda, constatou-se a existência de ações ligadas à qualificação profissional e concessão de crédito para micro e pequenos empreendedores apenas nos municípios em destaque, o que não dá garantias de inserção no mercado de trabalho para a maioria dos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Os demais municípios limitam-se aos benefícios das ações encaminhadas pelos governos federal e estadual. Como resultado principal da pesquisa, destaca-se a existência de fragilidades estruturais na microrregião quanto à geração de ocupações no trabalho em condições de elevar a renda e a qualidade de vida da população, tendo em vista o baixo nível de instrução da força de trabalho, a forte presença do trabalho informal, a pouca diversificação das atividades produtivas e a fraca atuação da gestão pública no desenvolvimento ou fortalecimento de alternativas de geração de emprego e renda sustentáveis na economia local.

Palavras-chave: Microrregião de Sousa; Emprego e Renda; Políticas Públicas; Município.

## **ABSTRACT**

The objective of this study was to analyze the social, economic and labor market characteristics in the Sousa microregion of Paraíba State, and to verify the existence of public policies for the generation of employment and income. In order to do so, a bibliographic research was carried out on the subject with the purpose of seeking theoretical and methodological foundations that allowed to understand the context of the economic and social development of the region. In addition, secondary data were obtained from the Demographic Census, produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Ministry of Labor and Employment (MTE) and the Ministry of Social Development (MDS). In addition, secondary data were used, which were obtained from the Census. The indicators of demography, poverty, the PIB and their distribution within the microregion and PIB per capita were analyzed. Labor market indicators, such as income level and productive occupations, were also considered. A field research with the manager of the municipality of Sousa was carried out in the search for information on local public policies focused on the labor market. Based on the study, it was verified that the municipalities of Sousa and Pombal stand out in the microregion with the best socioeconomic indicators, which indicates the strong dependence of the other municipalities around these localities. With regard to local public employment and income policies, there were actions related to professional qualification and credit granting for micro and small entrepreneurs only in the highlighted municipalities, which does not guarantee the insertion in the labor market for the majority of individuals who are in situations of social vulnerability. The other municipalities are limited to the benefits of actions submitted by the federal and state governments. The main result of the research is the existence of structural weaknesses in the microregion regarding the generation of occupations at work in conditions of raising the income and quality of life of the population, due to the low level of education of the workforce, the strong presence of informal labor, the low diversification of productive activities and the weak performance of public management in the development or strengthening of alternatives for the generation of sustainable employment and income in the local economy.

**Keywords:** Microregion of Sousa; Employment and Income; Public policy; Municipality.



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	PIB de estados nordestinos a preços constantes – 1960-2010 (Milhões de Reais).....	18
GRÁFICO 2	Microrregião de Sousa - População estimada nos municípios em 2016 (número de pessoas).....	39
GRÁFICO 3	População residente na microrregião de Sousa por sexo (mil pessoas).....	50
GRÁFICO 4	Microrregião de Sousa - População residente por situação de domicílio (%).....	51
GRÁFICO 5	Microrregião de Sousa - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo em 2010 (%).....	51
GRÁFICO 6	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução em 2010 (%).....	52
GRÁFICO 7	Municípios da microrregião de Sousa - PIB a preços constantes de 2014 (Mil Reais).....	53
GRÁFICO 8	Microrregião de Sousa - Maiores níveis de produção no período de 2002 – 2014 (Mil Reais).....	54
GRÁFICO 9	Microrregião de Sousa - Menores níveis de produção no período de 2002 – 2014 (Mil Reais).....	55
GRÁFICO 10	Municípios da microrregião de Sousa - Valor Agregado do PIB no setor agropecuário em 2014 (Mil Reais).....	56
GRÁFICO 11	Municípios da microrregião de Sousa - Valor Agregado do PIB no setor industrial em 2014 (Mil Reais).....	57
GRÁFICO 12	Municípios da microrregião de Sousa - Valor Agregado do PIB no setor de serviços em 2014 (Mil Reais).....	58
GRÁFICO 13	Municípios da microrregião de Sousa – Composição do PIB com administração pública, educação, saúde e seguridade social em 2014 (Mil Reais).....	59
GRÁFICO 14	PIB <i>per capita</i> dos municípios da microrregião de Sousa em 2014 (Mil Reais).....	60
GRÁFICO 15	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência (mil	

	pessoas).....	61
GRÁFICO 16	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência, por sexo, em 2010 (mil de pessoas).....	62
GRÁFICO 17	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência e domicílio em 2010 (mil de pessoas).....	63
GRÁFICO 18	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais por condição de atividade na semana de referência, segundo o nível de instrução (%)......	64
GRÁFICO 19	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 ou mais por condição de ocupação em 2010 (número de pessoas)......	65
GRÁFICO 20	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (número de pessoas).....	68
GRÁFICO 21	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, rendimento* nominal médio mensal por condição de domicílio em 2010 (R\$)......	70

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Brasil e estados nordestinos – Pobreza em 1991, 2000, 2010 (%)...	19
TABELA 2	Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa: Esperança de vida ao nascer (anos de vida), mortalidade infantil*, taxa de fecundidade (%) e taxa de envelhecimento** (%) em 2010.....	45
TABELA 3	Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas extremamente pobres nos anos de 1991, 2000 e 2010 (%).....	46
TABELA 4	Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas pobres nos anos de 1991, 2000 e 2010 (%) .....	47
TABELA 5	Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas vulneráveis à pobreza nos anos 1991, 2000 e 2010 (%).....	48
TABELA 6	Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Índice de Gini.....	49
TABELA 7	Municípios da microrregião de Sousa - Admissões no período de 2010 a 2016 (número de empregos formais).....	66
TABELA 8	Microrregião de Sousa – Pessoas ocupadas com 18 anos ou mais de idade por nível de instrução em 2010 (%).....	67
TABELA 9	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal e sexo em 2010 (número de pessoas).....	69
TABELA 10	Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e classes de rendimento em 2010 (número de pessoas).....	70
TABELA 11	Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, valor do rendimento nominal médio mensal, por município em 2010 (R\$).....	71
TABELA 12	Brasil, Paraíba e microrregião de Sousa - Renda <i>per capita</i> em 2010 (R\$).....	72

## LISTA DE SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PBF	Programa Bolsa Família
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
VA	Valor Agregado

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>14</b>
<i>1.1.1</i>	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>14</i>
<i>1.1.2</i>	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>15</i>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ECONOMIA LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Desigualdades regionais e as características históricas do desenvolvimento na região Nordeste.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Desenvolvimento e políticas públicas locais.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>Concepção de descentralização fiscal e de políticas públicas.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4</b>	<b>A economia local e o novo papel dos municípios a partir da década de 1990.....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>MICRORREGIÃO DE SOUSA: AS CONDIÇÕES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1</b>	<b>Formação histórica da microrregião.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2</b>	<b>Demografia, pobreza e desigualdade nos municípios da microrregião de Sousa.....</b>	<b>44</b>
<b>4.3</b>	<b>Características da população na microrregião de Sousa.....</b>	<b>49</b>
<b>4.4</b>	<b>Indicadores de atividade econômica.....</b>	<b>52</b>
<i>4.4.1</i>	<i>PIB e distribuição da atividade econômica por setores produtivos.....</i>	<i>53</i>
<i>4.4.2</i>	<i>PIB per capita na microrregião de Sousa.....</i>	<i>60</i>
<b>4.5</b>	<b>Indicadores de mercado de trabalho.....</b>	<b>61</b>
<i>4.5.1</i>	<i>Principais ocupações.....</i>	<i>67</i>
<i>4.5.2</i>	<i>Níveis de rendimento.....</i>	<i>69</i>
<b>4.6</b>	<b>Políticas públicas locais.....</b>	<b>73</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A geração de emprego e renda na Paraíba apresenta-se como um problema a ser estudado por esbarrar na concentração da atividade produtiva em determinadas microrregiões e na dependência dos municípios das transferências de recursos públicos. Na mesorregião do sertão paraibano a economia gira, especialmente, em torno do setor agropecuário, dos serviços e da administração pública, marcando o cenário característico de municípios pequenos e dependentes financeiramente do Estado, com um quadro de vulnerabilidade social de parte significativa da população. O dinamismo econômico da microrregião de Sousa e sua frágil inserção na economia do estado tem proporcionado a geração de discussões acadêmicas, principalmente, no campo das políticas públicas, com o intuito de auxiliar essas regiões a superar suas limitações e promover a qualidade de vida da população local.

O estudo a ser realizado objetiva analisar as características socioeconômicas da microrregião de Sousa no estado da Paraíba e a sua capacidade de gerar emprego e renda para a população local. Além de indicadores sobre o mercado de trabalho, atividade econômica, rendimento e nível de instrução, de forma exploratória, também será dada atenção às políticas públicas locais que se orientam no estímulo ao mercado de trabalho e na geração de renda na microrregião. Este trabalho permitirá conhecer um pouco mais do perfil da microrregião e contribuir para que novas pesquisas sejam realizadas de modo a dar maior ênfase às necessidades que os municípios apresentam. Pretende-se conhecer os potenciais de crescimento e desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Sousa que venham proporcionar melhoria na qualidade de vida para a população local.

O desenvolvimento da microrregião de Sousa é influenciado também por sua característica climática natural. Nos últimos anos tem vivenciado períodos de baixíssimas precipitações pluviométricas, o que impacta diretamente nos níveis de produção e na geração de emprego e renda. Além disso, a instabilidade política local e nacional pode afetar a intermediação entre as esferas municipal, estadual e federal na obtenção de recursos e projetos de desenvolvimento para os municípios, a fim de minimizar os transtornos decorrentes dos impactos climáticos e da frágil economia local. Assim, torna-se relevante observar o comportamento da realidade da microrregião

de Sousa, com destaque para os mecanismos adotados através de políticas públicas para auxiliar na manutenção da renda local da população e na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a microrregião de Sousa é composta por 17 municípios, com população estimada em 2015 de 188.370 habitantes e área total de 4.784,729 km<sup>2</sup>, o que representa expressividade para o sertão paraibano. Entre os municípios, o que mais se destaca é o que leva o nome da microrregião. Sousa é o sexto município mais populoso do estado, o principal polo econômico do noroeste estadual e o principal centro de laticínios industrializados do oeste da Paraíba (IBGE, 2017).

De acordo com Bava (1996), o poder municipal apresenta-se como principal agente de mudança no combate à pobreza e a exclusão social. Mostra, ainda, que um dos aspectos da descentralização do poder foi o fortalecimento da função dos governos municipais, desempenhando também o papel de agentes assistencialistas com o foco nas populações mais carentes, o que não impede os investimentos em programas de geração de emprego e renda com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, a transferência de atribuições ao poder local sem o devido suporte financeiro e a capacidade de gestão, poderia fragilizar a construção de ações de políticas públicas, prejudicando a execução e o monitoramento, o que teria repercussões limitadas na efetividade da gestão municipal. Para promover o desenvolvimento local, o objetivo central deveria ser alcançar o bem-estar da população por meio de políticas públicas efetivas, tendo o Estado como mediador, o que garantiria a manutenção dos direitos sociais e regularizaria o processo de acumulação do capital. Em tese, com o fortalecimento da gestão municipal, o Estado teria condições de enfrentar os problemas sociais e implantar políticas de redistribuição de renda.

A redistribuição de fundos financeiros para as regiões mais pobres não significa necessariamente uma maior eficiência e equidade na alocação dos recursos públicos. Para isso, são necessárias reformas mais profundas nas estruturas de poder e em suas inter-relações. O que se observa é a inexistência de continuidade das políticas e a ausência de mecanismos de avaliação que demonstrem se as políticas públicas adotadas tem impacto sobre a qualidade de vida da população. Diante disso, mesmo que

a destinação de recursos ao longo dos anos tenha crescido quantitativamente, não significa que as melhoras qualitativas tenham sido substanciais (AFFONSO, 1996).

As políticas públicas são sempre alvo de discussão, especialmente aquelas que têm impacto significativo na vida dos indivíduos. Voltando a atenção para as políticas de emprego, observa-se a necessidade de dar ênfase maior às pesquisas que contribuam para desenvolver políticas mais eficazes nas quais os resultados sejam explicitamente observados. De acordo com o que foi apresentado, indica-se a seguinte problemática de pesquisa: a microrregião de Sousa apresenta condições sustentáveis para proporcionar geração de emprego e renda e inserção profissional da população trabalhadora no mercado de trabalho local?

A justificativa para esta pesquisa encontra-se na necessidade de estudos que contribuam com o entendimento da realidade local em regiões menos desenvolvidas. O foco da investigação está voltado, especialmente, para a microrregião de Sousa, tendo em vista contemplar municípios com baixo índice de desenvolvimento e vulnerabilidade social, carentes de estratégias de geração de emprego e renda sustentáveis.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro seções. A seção 2 trata das questões ligadas ao desenvolvimento histórico da economia nordestina, o papel das políticas públicas e as condições da gestão das economias locais. A seção 3 traz os principais procedimentos metodológicos adotados na composição do trabalho. A seção 4 expõe a história dos municípios da microrregião de Sousa, traça o perfil social e econômico da microrregião, assim como investiga a existência de políticas públicas locais que promovam a geração de emprego e renda. E, por último, na seção 5, apresenta-se algumas considerações finais sobre o estudo.

## **1.1 Objetivos**

### *1.1.1 Objetivo Geral*

Analisar as características socioeconômicas da microrregião de Sousa-PB e a sua capacidade na geração de emprego e renda sustentáveis para a população local.



### *1.1.2 Objetivos específicos*

- Caracterizar as condições socioeconômicas da microrregião de Sousa;
- Examinar os indicadores do mercado de trabalho na microrregião de Sousa-PB sob a perspectiva da PEA, ocupações e rendimentos; e,
- Verificar a existência de políticas públicas nos municípios da microrregião de Sousa-PB voltadas para o mercado de trabalho local.

## **2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ECONOMIA LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Esta seção trata dos fundamentos teóricos que constituirão este trabalho. Abordando questões como as desigualdades regionais, as características históricas do desenvolvimento na Região Nordeste, assim como as políticas públicas e o processo de descentralização fiscal, a economia local e o novo papel dos municípios.

### **2.1 Desigualdades regionais e as características históricas do desenvolvimento na região Nordeste**

O desenvolvimento econômico pode ser entendido como uma das consequências positivas do processo de crescimento da economia. Entretanto, visto por essa perspectiva, o conceito torna-se muito restrito. A compreensão sobre o desenvolvimento econômico pode ser ampliada e apreendida como o caminho de acesso a um conjunto de bens e serviços coletivos mais aptos a estimular a criatividade dos indivíduos e atender os desejos da sociedade (FURTADO, 2004).

No Brasil, observa-se que há grande diferenciação entre suas regiões no tocante ao desenvolvimento socioeconômico. Um dos exemplos mais contundentes é o caso da região Nordeste ao ser comparada com as demais regiões do país. Neste trabalho, trataremos mais especificamente o caso de uma das microrregiões do Estado da Paraíba, a microrregião de Sousa. Inicialmente, serão analisadas algumas características do desenvolvimento da região Nordeste para melhor compreender o objeto de estudo deste trabalho.

Araújo (2000), ao analisar a região Nordeste, propõe que o desenvolvimento socioeconômico pode ser alcançado através das ações de políticas públicas de modo a aproveitar as características produtivas e de mão-de-obra que o país e as regiões apresentam, respeitadas suas especificidades. Para tanto, é necessário que exista um Estado atuante e este permita a participação da sociedade civil, o que possibilitará estabelecer estratégias de combate à pobreza e disparidades sociais e regionais.

Lima (1994), ao estudar a economia nordestina, demonstra sua preocupação sobre as análises que mostram o Nordeste como uma região carente de estímulos e com

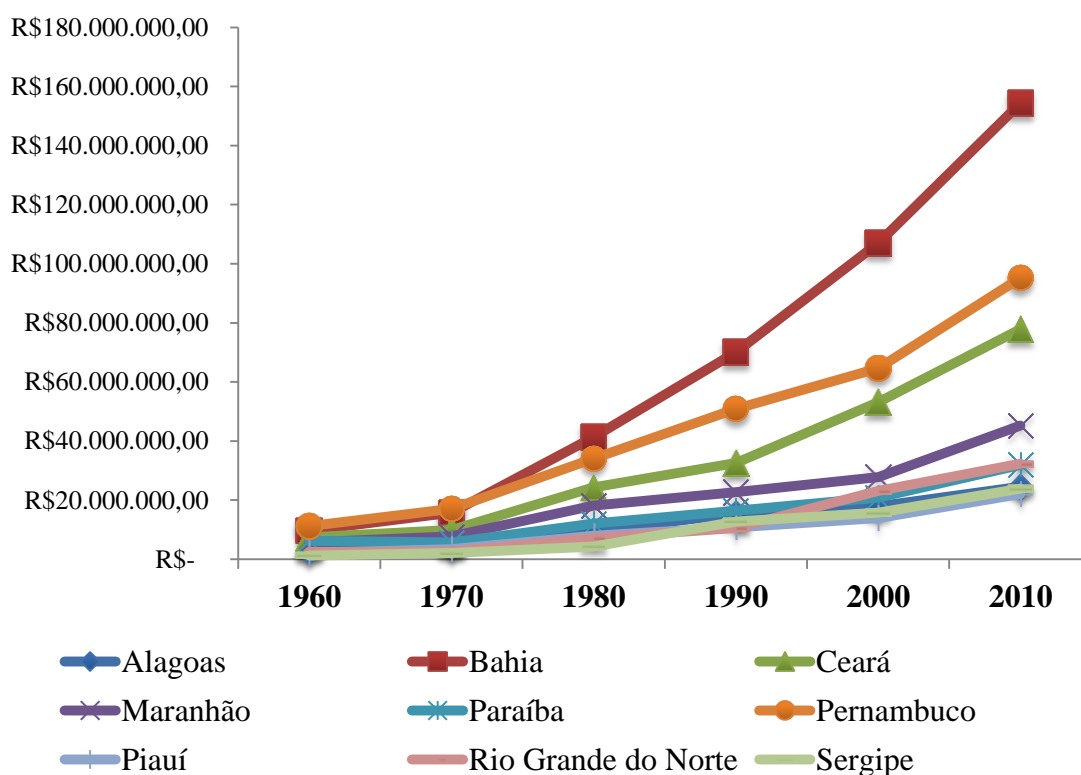
inúmeras dificuldades frente às outras regiões. Nas últimas três décadas, constatou-se que a concentração das atividades produtivas e da riqueza está localizada em apenas três estados nordestinos: Bahia, Pernambuco e Ceará. Ao considerar a economia da região por setores produtivos, observa-se que o setor terciário foi um dos que teve o melhor desempenho, em parte como reflexo da atuação do setor público com o estímulo fiscal e financeiro para a atração de investimentos. Ainda de acordo com Lima (1994), o setor industrial, por sua vez, era responsável pela produção de bens intermediários e não duráveis, sendo esses os segmentos mais importantes do parque industrial nordestino. Essa característica destaca uma das vocações da economia nordestina, a de fornecedora de insumos para a indústria de transformação localizada na região Sudeste (LIMA, 1994).

De modo geral, Lima (1994) ressalta que a região Nordeste tem sofrido mudanças positivas na economia com o estímulo dos incentivos fiscais, sobretudo, a partir dos anos 2000. A estrutura produtiva, ainda que de forma limitada e com dificuldades de competitividade, avançou e obteve transformações concretas. Por outro lado, ao observar os indicadores sociais que caracterizaram os anos de 1980, período em que a economia passava por um processo de reestruturação, no qual houve a transferência de capitais produtivos entre as regiões, reconhece-se a dificuldade de reverter à questão da pobreza. Este problema ganhou outros aspectos com a relativa estabilização da economia nos anos de 1990 e a concentração das atividades produtivas em polos de desenvolvimento no Nordeste. De todo modo, é importante reconhecer que houve uma melhora nas condições sociais da população nas três últimas décadas, porém, os dados ainda são “preocupantes” quanto ao baixo nível de emprego e renda (LIMA, 1994).

O Gráfico 1 destaca o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de tudo que é produzido em determinado espaço de tempo e em território específico, neste caso, os estados da região Nordeste. É possível observar que os estados com maiores níveis de produção são: Bahia, Pernambuco e Ceará, considerando o período de 1960-2010. No mesmo período, registrou-se que o estado da Paraíba teve um crescimento de aproximadamente 410%, o menor entre todos os estados da região Nordeste. Bahia, Pernambuco e Ceará cresceram 1.495%, 748%, e 952%, respectivamente.

Tomando por referência o ano de 2010, tem-se que os maiores níveis de produção estão nos estados da Bahia (R\$ 154.340.458,00), Pernambuco (R\$ 95.186.714,00) e Ceará (R\$ 77.865.415,00), seguidos por: Maranhão (R\$ 45.255.942,00), Rio Grande do Norte (R\$ 32.338.895,00) e Paraíba (R\$ 31.947.059,00). Os menores PIBs observados são os dos estados de Alagoas (R\$ 24.574.808,00), Sergipe (R\$ 23.932.155,00) e Piauí (R\$ 22.060.161,00).

**Gráfico 1: PIB de estados nordestinos a preços constantes - 1960-2010 (Milhões de Reais)**



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria. 2017.

A Tabela 1 faz uma comparação entre os anos de 1991, 2000 e 2010 no que diz respeito ao percentual de pobres, tanto no Brasil quanto nos estados da região Nordeste. De fato, é observável a redução da pobreza nos estados nordestinos ao longo dos anos. Contudo, constata-se que a partir destes dados pode-se observar também como a pobreza é acentuada na região em comparação ao Brasil.

**Tabela 1: Brasil e estados nordestinos – Pobreza em 1991, 2000 e 2010 (%)**

	% de pobres (1991)	% de pobres (2000)	% de pobres (2010)
<b>Brasil</b>	38,16	27,9	15,2
Alagoas	65,15	56,8	34,29
Bahia	65,26	49,72	28,72
Ceará	66,36	51,75	30,32
Maranhão	73,27	62,78	39,53
<b>Paraíba</b>	<b>68,29</b>	<b>49,61</b>	<b>28,93</b>
Pernambuco	57,99	45,27	27,17
Piauí	73,22	57,28	34,11
Rio Grande do Norte	60,09	44,89	23,79
Sergipe	59,34	48,84	27,89

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

De acordo com Lima (1994), apesar da nova dinâmica econômica verificada a partir dos anos de 1990, a região Nordeste ainda representa um espaço periférico localizado na economia nacional. Com as transformações ocorridas na História econômica do Brasil e na referida região, destaca-se a nova forma de atuação empreendida pelo Estado. Dentre as ações dessa intervenção estão a expansão e modernização da agricultura irrigada no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, além da promoção de incentivos fiscais e de crédito.

Nessa fase, o Estado contribuiu para o processo de descentralização da indústria pesada. Entre outras ações, destaca-se a construção do Polo Petroquímico de Camaçari localizado no estado da Bahia, o qual se tornou um dos pilares da produção de bens intermediários no Nordeste. No mesmo estado, ainda foram implantados programas ligados à construção civil e à irrigação. Os governos estadual e municipal, em conjunto com a esfera federal, também investiram em infraestrutura no setor de transporte. Em síntese, os investimentos públicos e privados permitiram ao estado da Bahia dinamizar o mercado regional de bens e serviços e estimular o mercado de trabalho, permitindo que a região crescesse e se tornasse economicamente importante, como é observado até os dias atuais ao comparar o estado da Bahia com os seus vizinhos. É importante ressaltar, ainda, que a região tinha e tem potenciais próprios, como a rápida expansão no cultivo da soja, igualmente desenvolvidos mediante a forte atuação do Estado (LIMA, 1994).

As alterações observadas na agricultura, serviços e indústria foram importantes no tocante ao direcionamento da economia nordestina, sobretudo, a partir dos anos de 1960. Porém, é possível observar que as ações e os resultados alcançados ficaram bem distantes do que foi considerado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)<sup>1</sup>, criado em 1959. Segundo Araújo (1997), o GTDN ficou conhecido por produzir um documento no qual propunha-se estimular a industrialização da região Nordeste a fim de superar as dificuldades que existiam na base econômica agroexportadora, proporcionando o dinamismo necessário à geração de emprego, renda e a diminuição da pobreza.

As transformações consolidadas na economia do Nordeste foram de caráter estrutural e levaram a modificações limitadas em gargalos importantes como os das relações de trabalho, especialmente no campo. Outro problema fundamental que ainda resiste é a questão da pobreza e da fraca capacidade de geração de emprego e renda, o que mantém o alto grau de desigualdade social na região (GUIMARÃES NETO, 1997).

O Nordeste passou por mudanças importantes, especialmente devido ao suporte dado pelo capital público à expansão do capital privado, em muitos casos, advindo de outras regiões, permitindo que surgissem e estruturassem áreas dinâmicas e industriais. De acordo com Araújo, seguindo esta mesma linha de pensamento, o crescimento das atividades econômicas nos anos de 1970 e 1980 se deu por intermédio do setor público (ARAÚJO, 1997).

Como resultado dessas transformações, observa-se a heterogeneidade econômica e social na região. As alterações na base produtiva vivenciadas na região Nordeste sofreram forte impacto com a abertura comercial nos anos de 1990, devido a globalização da economia, além da redução dos investimentos voltados para o desenvolvimento da economia regional. Nesse período, ficou marcado o enfraquecimento e a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais mudanças foram aprofundadas mais recentemente com as crises financeira, fiscal e econômica. Mantiveram-se apenas os investimentos que sustentaram a expansão de alguns segmentos da economia regional (GUIMARÃES NETO, 1997).

---

<sup>1</sup>GTDN programa de ação criado em 1959 para estimular o desenvolvimento econômico do Nordeste, idealizado por Celso Furtado no governo Juscelino Kubitschek, culminando na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ver: TOLEDO, 2013.

Na percepção de Guimarães Neto, as mudanças ocorridas na economia nordestina foram seletivas, espacial e setorial, e podem ser aprofundadas por intermédio da abertura econômica, através do domínio das forças de mercado e da competição internacional proveniente do processo de globalização (GUIMARÃES NETO, 1997).

Lima (1994) destaca que, no tocante a discussão do papel do Estado como estimulador, coordenador e financiador da economia em regiões menos desenvolvidas, é fundamental a atuação do Estado para que os resultados levem a diminuição das desigualdades entre as regiões e a desconcentração da produção. Nesse sentido, o direcionamento tomado pelas políticas econômicas serão determinantes para o alcance dos objetivos pretendidos (LIMA, 1994).

É importante destacar que ocorreram mudanças significativas na região Nordeste ao longo dos anos, porém, o que também se observa é que estas não foram suficientes para extinguir as desigualdades entre os estados e solucionar problemas como a pobreza e geração de emprego e renda. Os estudos apontam como instrumento para resolver estas questões a atuação do Estado. Porém, constata-se também que a forma como o estado atua pode impactar positivamente ou de forma negativa o desenvolvimento das regiões. Na região Nordeste alguns estados experimentaram o efeito benéfico da atuação do setor público como é o caso dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Entretanto, em outro aspecto mostra-se que houve uma maior diferenciação econômica e social na região.

De acordo com as considerações de Castro (2012), no processo de desenvolvimento de uma região, não devemos apenas levar em consideração as questões econômicas, mas também componentes institucionais, políticos, sociais e ambientais. Para que haja desenvolvimento, o Estado é um instrumento valioso que, aliado às políticas sociais, dão base ao processo de desenvolvimento de uma nação, estado ou até mesmo municípios. As políticas sociais, quando bem implementadas, proporcionam mudanças na situação social dos agentes econômicos, famílias e classes sociais, acarretando em melhoria na qualidade de vida e, simultaneamente, na economia em nível nacional e até mesmo em nível local (CASTRO, 2012).

Muls (2008), ao estudar o desenvolvimento local, mostra que as explicações tradicionais que circulam em torno da autorregulação do mercado e da intervenção do Estado, tornaram-se insuficientes para explicar o ritmo de crescimento e o

desenvolvimento dos territórios e das regiões. Adota-se então, a abordagem institucionalista do desenvolvimento econômico local, em contraposição à falência dos modelos tradicionais, pautados nas forças de mercado como facilitadores do ponto ótimo econômico e/ou o Estado como forma de promover o desenvolvimento local. O poder explicativo sobre o crescimento e o desenvolvimento das localidades cabe agora às instituições, compreendidas por ações conjuntas entre Estado, poder público local e empresas. O objetivo central gira em torno de como fazer estes três instrumentos se coordenarem frente às tradicionais teorias do crescimento econômico. De acordo com o autor:

As teorias tradicionais do crescimento inscrevem-se no plano Estado-mercado, supondo que estas sejam as duas formas privilegiadas de coordenação na economia. Para reconstruir uma teoria do desenvolvimento que leve em conta os ensinamentos da história econômica e a diversidade das configurações nacionais, devemos considerar as formas intermediárias de coordenação que desempenham um importante papel na evolução econômica e cuja esfera de ação se situa entre o Estado e o mercado (MULS, 2008).

Para Guimarães Neto (1997), numa economia pautada pelas crenças da autorregulação do mercado, caso não haja planejamento para inserção no contexto mundial e, conjuntamente, políticas econômicas, haverá a crescente marginalização das economias regionais periféricas. Consequentemente, sua fragilidade produtiva sem intervenção alguma do Estado pode levar essas regiões a desaparecerem do mapa (GUIMARÃES NETO, 1997).

Para promover um processo de desenvolvimento endógeno é necessário que as micro e pequenas empresas organizem-se e articulem-se juntamente com os demais agentes institucionais. Em economias menos desenvolvidas propõe-se, a partir dos estudos de Muls, que para a promoção do desenvolvimento econômico local, devem-se direcionar os recursos humanos e os fatores intangíveis para a utilização produtiva e a realização econômica. Nestes, inclui-se o capital social, entendido como a forma da sociedade se organizar para obter qualidade de vida e satisfação das necessidades sociais (MULS, 2008).

Alexandre Guimarães (2011), ao estudar o desenvolvimento econômico mostra que, simultaneamente, a busca por lucro, a acumulação de capital, as inovações técnicas e a acumulação de riqueza, geraram condições importantes para o aumento da



produtividade e do emprego. E, conseqüentemente, permitiu a melhoria nos níveis de consumo da população. Embora exista o lado positivo que merece ser destacado, os indicadores apontam para uma distribuição de renda cada vez mais desigual (GUIMARÃES, 2011).

Buscando entender a promoção do desenvolvimento econômico local, Araújo (2000) aponta alguns instrumentos testados em distintas realidades, como as de duas capitais da região Nordeste, Recife e Fortaleza, na região Sul, Porto Alegre, e, no sudeste, a cidade de Santos. Dentre as ações principais, estão: conceder aos municípios vantagens fiscais como é observado no processo de descentralização fiscal; realizar parcerias com a iniciativa privada e outras esferas do poder público; promover a participação e diálogo das políticas públicas através de fóruns e congressos, por exemplo; destinar recursos para a aplicação na promoção do desenvolvimento das cidades; flexibilizar a legislação urbana e adotar medidas que diminuam a burocracia; e, criação de órgãos que possam operacionalizar programas, sejam eles sociais ou de outra natureza.

Quanto à promoção do desenvolvimento, Alexandre Guimarães (2011) diz que é necessário identificar as características mais relevantes de cada município no tocante aos seus recursos naturais e humanos. A atuação do poder local é um agente indispensável para o processo de desenvolvimento, pois, é esse que conhece as necessidades e está próximo da população local. Embora estejam limitados pelo aporte de capital, os agentes da gestão pública podem, ainda, realizar parcerias com sindicatos, associações, empreendedores, agências de financiamento, instituições de ensino e organizações da sociedade civil para estimular o desenvolvimento.

Para Cruz Lima e Rodrigues Lima (2010), as atuais ferramentas utilizadas para promover o desenvolvimento necessitam de profunda reformulação. Os autores apontam para a necessidade de articulação entre as políticas de desenvolvimento regional e políticas de outras áreas, bem como, identificar as potencialidades para investimentos. Também deve-se considerar as áreas sociais como principal instrumento impulsionador da dinâmica econômica local.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, para um processo de desenvolvimento rápido e elevado que contorne as desigualdades históricas

vivenciadas pelo estado, será necessário coordenar as atividades desenvolvidas entre o governo, os setores produtivos e a sociedade (FIEP, 2013).

Promover o desenvolvimento de uma região é uma tarefa árdua e de acordo com os autores mencionados ambos apontam que é necessário integração entre os setores público e privado, as instituições e a sociedade civil para a implantação de políticas que alcancem o desenvolvimento e estimulem o potencial de cada região.

Para Fauvrelle e Targino (2011), durante a década de 2000, considerando sua produção, a economia nordestina ocupava a terceira posição, o que corresponde a 13% do PIB nacional. Em relação ao indicador de renda *per capita*, observa-se que a região apresenta os piores indicadores. Nesse espaço, está inserido o estado da Paraíba que representa 6,5% do PIB da região Nordeste e 0,85% do PIB nacional. Quando se observa a economia paraibana internamente a situação é ainda mais preocupante. O estado tem uma grande parte da produção concentrada em apenas quatro municípios: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo e Santa Rita (FAUVRELLE e TARGINO, 2011).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), numa análise do período de 2002 a 2009, observou que a geração de empregos formais no Nordeste está concentrada nas áreas metropolitanas. Igualmente, os maiores rendimentos e níveis de qualificação profissional encontram-se nessas localidades. Demonstrando assim, a desigualdade predominante entre os estados, o que se reflete também entre os municípios de cada estado nordestino (IPEA, 2012).

O Nordeste atual é caracterizado pela diversidade e a crescente heterogeneidade da sua estrutura econômica (ARAÚJO, 1997). Nesse contexto, situa-se a economia paraibana, marcada pelo contraste de suas microrregiões e distinção entre os municípios. Sua participação frente à economia nordestina ainda é muito restrita e intensamente dependente dos recursos advindos das transferências institucionais. A partir desse quadro, pode-se observar que a atividade econômica e o mercado de trabalho estão fortemente concentrados nas regiões próximas a capital do estado. Sendo assim, é pertinente analisar os desafios dos pequenos municípios frente a estes indicadores, tendo em vista as necessidades da população local.

## **2.2 Desenvolvimento e políticas públicas locais**

Ao analisar os meios que promovam a geração de emprego e renda, Alexandre Guimarães (2011) destaca as políticas públicas e o desenvolvimento local como agentes propulsores. Mostra, ainda, que os problemas enfrentados entre os anos 1980 e 1990 representaram uma piora na situação do mercado de trabalho. Porém, a partir dos anos de 1990 vê-se que as políticas para geração de emprego e renda tiveram avanços. Ressalta também a importância das iniciativas de desenvolvimento local e como este deve estar alinhado com a realidade vivenciada pelas economias locais. A sociedade deve atuar conjuntamente com o poder local na promoção do desenvolvimento e da geração de emprego e renda (GUIMARÃES, 2011).

Teixeira (2002) compreende as políticas públicas como sendo ações direcionadas pelo poder público, nas quais se definem normas que estabelecem uma relação entre a sociedade e o Estado. São formuladas para atender as demandas, especialmente dos cidadãos que se enquadram na condição de vulnerabilidade. Essas demandas são atendidas pelo poder público local, porém, as políticas implantadas muitas vezes já são determinadas nas esferas federais e não se aplicam a todas as realidades locais. Os municípios se tornam os principais responsáveis na promoção de emprego e renda. O maior problema observado ainda é a escassez de recursos. Dado o processo de descentralização de políticas públicas, abordado na seção seguinte, existe a transferência de obrigações sem recursos. Para que os mesmos cheguem a seu destino, há uma série de questões levadas em consideração como: posição política, prestígio, correntes partidárias, entre outros aspectos (TEIXEIRA, 2002).

Cabe aos municípios prover aos cidadãos serviços como: saúde, educação, infraestrutura urbana e iluminação pública. Embora, promover determinadas políticas não signifique exatamente possuir autonomia decisória na sua implantação. Observa-se que, tanto municípios quanto estados, tem poder limitado para decidir quais políticas devem ser implantadas em suas localidades. Nas palavras de Nazareth: “há pouca receita livre para que se realizem políticas econômicas com base nas demandas regionais e/ou locais” (NAZARETH, 2015).

As políticas públicas são classificadas em três tipos: garantir renda, prover bens e serviços sociais e regulação. Aqui abordaremos as políticas de garantia de renda. Estas são caracterizadas geralmente por transferências de recursos, na forma de auxílios

monetários às famílias, pensões e/ou aposentadorias, cabendo aos indivíduos destinar o recurso de acordo com suas necessidades particulares. Existem também os programas e políticas que condicionam alguns critérios para a concessão desses benefícios, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, registram-se as transferências mais comumente encontradas em regiões como as do sertão paraibano, a fim de permitir aos indivíduos manter renda mínima, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (CASTRO, 2012).

As políticas públicas e o desenvolvimento são conceitos interligados, porém, não é possível garantir que adoção de determinadas políticas irão gerar como consequência o desenvolvimento. Aponta-se que as políticas públicas podem ser um meio para alcançá-lo. Entretanto, podem não apresentar o resultado esperado.

Na visão neoliberal, o Estado deve intervir minimamente deixando a critério do mercado manter o equilíbrio social. A regulamentação deve ser mínima, cabendo ao Estado intervir em políticas distributivas para minimizar os desequilíbrios maiores. Estas medidas se tornam seletivas e não-universalizantes. A partir dessa ótica, as políticas redistributivas não são aceitas, pois, de acordo com essa corrente de pensamento, ofendem a liberdade de mercado e podem instigar o parasitismo social (TEIXEIRA, 2002).

A visão liberal pressupõe que as desigualdades sociais são frutos das decisões individuais. Em relação às políticas sociais universalizantes, são totalmente contrários. Essas apenas serviriam como resíduo no ajuste dos efeitos ocasionados pelas desigualdades (TEIXEIRA, 2002).

Fundamentada na concepção do Estado de Bem Estar Social, a visão social-democrata diz que as políticas públicas têm a função de regular as relações socioeconômicas. Parte da poupança do Estado serviria para investir em áreas estratégicas do desenvolvimento e nos programas sociais. Essa corrente defende, ainda, a existência de benefícios sociais que protegem os mais vulneráveis para compensar os desequilíbrios da dominação do capital, o que simultaneamente garante sua reprodução e legitimação (TEIXEIRA, 2002).

Jacobi (1989) defende a descentralização como alternativa política e que esta seria a forma real para os cidadãos terem uma maior participação na vida política

municipal. Reconhece-se a existência de desafios configurados pela nova maneira que os estados e municípios devem encontrar para conviver. Nesse sentido, a sociedade tem um papel importante como agente propulsor na construção de novos mecanismos de cooperação, organização e representação no cotidiano dos governos municipais (JACOBI, 1989).

Na visão de Araújo (2000), há necessidade de construir um novo cenário pautado na inclusão, por meio das políticas públicas. Para tanto, devem-se adotar quatro estratégias que precisam ser realizadas com a aplicação dos recursos da sociedade: primeiro, “democratizar o acesso a dois ativos estratégicos: terra e conhecimento”; segundo, “valorizar a agricultura familiar e investir na dinamização do mundo rural”; terceiro, “quebrar os valores herdados da colonização e da escravidão”; e, por último, “ampliar os investimentos em políticas sociais” (ARAÚJO, 2000).

No tocante ao combate à pobreza, Araújo (2000) nos oferece três estratégias que devem ser colocadas mediante a adoção de medidas que integrem as políticas sociais, ambientais e tecnológicas, diferente do que se pensa ao indicar apenas as políticas sociais. Inicialmente, deve-se inserir os indivíduos no “circuito da produção através dos meios de produção e acesso ao conhecimento e oportunidades nas quais possam desenvolver suas habilidades”. Posteriormente, faz-se necessário inserir esses mesmos agentes no círculo do consumo através do acesso ao mercado de trabalho ou de políticas elaboradas pelo Estado para fornecer os bens e/ou serviços que os indivíduos necessitam; e, por fim, possibilitar aos indivíduos exercer sua cidadania, por intermédio do acesso a informação e participação nas decisões de interesse coletivo (ARAÚJO, 2000).

Para Alexandre Guimarães (2011), a capacitação profissional é um dos programas centrais no tocante às políticas de emprego e renda. Embora se tenha observado avanços nesse segmento durante as últimas décadas, têm-se ainda grandes barreiras para serem ultrapassadas. Entre esses limites estão a falta de recursos, especialmente para programas de qualificação profissional. Porém, um fator ainda mais limitante é a falta de articulação entre os programas. Entre esses casos, cita-se o seguro-desemprego e a qualificação profissional, pois, não se pode garantir que os indivíduos que estão inseridos no primeiro programa participem de uma qualificação profissional

que permita reinseri-los no mercado de trabalho. Destaca-se, ainda, como fator limitante a dificuldade de definir quem são os indivíduos mais vulneráveis.

Considerando que a microrregião de Sousa está inserida no sertão paraibano e tem uma economia pouco representativa e frágil frente ao estado, na região Nordeste e no país, reconhece-se o quão importante é o fortalecimento do poder local, pois, com uma maior representatividade é possível atrair benefícios e incentivos fiscais ou mesmo a implantação de políticas públicas que permitam a região se desenvolver economicamente e melhorar a qualidade de vida da população local.

### **2.3 Concepção de descentralização fiscal e de políticas públicas**

O desenvolvimento local e a descentralização de políticas públicas são meios distintos e relativamente independentes. Ambos, na maioria das vezes, estão interligados e se complementam. A descentralização pode ser considerada como um aspecto político-institucional proveniente de decisões na forma de organização da sociedade e da administração pública na condução de políticas (BUARQUE, 1999). Dada a importância do processo de descentralização para o fortalecimento do desenvolvimento local, faz-se necessário dedicar uma seção neste trabalho que trate apenas a visão de diferentes autores sobre o tema.

De acordo com a investigação de Arretche (2002), as discussões em torno dos ideais da descentralização de políticas públicas datam dos anos de 1970 e 1980, destacando-se os argumentos de que a alta centralização do regime militar produzia ineficiência, corrupção e ausência de participação nas decisões de utilidade pública. Assim, surge a descentralização que traria como resultados um maior nível de eficiência, transparência e participação. No Brasil, a descentralização das políticas públicas ocorreu quando o governo Federal conseguiu estruturar-se institucionalmente, com o intuito de constituir e implantar programas de transferências para o poder local (ARRETCHÉ, 2002).

No tocante a percepção de Carvalho (2002), a descentralização é compreendida como a possibilidade das unidades administrativas alcançarem independência de orçamento e arrecadação própria em relação ao governo federal, a partir da divisão dos tributos, transferências de recursos e gastos entre os municípios, os estados e a união.

Ainda é possível distinguir a descentralização do federalismo ou regime federativo. É um processo entendido como uma inovação político-jurídica com a finalidade de ordenar no território nacional o poder geopolítico interno. Visa garantir a eficácia da administração pública, a integração econômica e mostrar a soberania do Estado-Nação (CARVALHO, 2002).

A descentralização é um instrumento para alcançar o desenvolvimento local com o auxílio das políticas públicas. Descentralizar as políticas públicas e aumentar as transferências ao poder local é considerado um avanço ao processo. Entretanto, sem permitir a estas localidades condições para desenvolver-se torna os municípios cada vez mais dependentes de transferências. E, reduz a descentralização como sinônimo para aumento de transferências, do ponto de vista dos recursos e das obrigações.

A partir da investigação de Arretche (1996), é importante conceituar a descentralização de políticas públicas e estabelecer a diferença com a concentração de poder. A centralização significa a concentração de recursos e/ou competências e/ou poder decisório nas mãos de entidades específicas, como a esfera federal. Enquanto que a descentralização seria o deslocamento dos recursos da esfera federal para as outras entidades específicas como, por exemplo, municípios. Arretche (1996) traz, ainda, a concepção de descentralização como uma estratégia pela qual se criariam instituições, ou se conferiria poder efetivo a elas que viabilizassem a participação dos cidadãos nas decisões públicas. Ao tratar o tema da descentralização, também faz a distinção conceitual deste processo com o federalismo. A descentralização pode ser entendida como um mecanismo de distribuição das funções administrativas entre os níveis de governo. Enquanto que, o federalismo é compreendido como formas de fornecer autonomia política para os governos locais (ARRETCHE, 2002).

O sociólogo Felicíssimo (1992) ressalta que a descentralização do Estado deve ser entendida inicialmente como um processo político e deve ser pensada como uma ferramenta de ação para desenvolver politicamente a sociedade. E não apenas um instrumento que permite dividir as obrigações entre o poder local e o nacional.

Jacobi (1989) mostra que a descentralização traz implícita a questão da sobrevivência econômica ou como ele utiliza, a redistribuição eficiente do orçamento público escasso. A descentralização na ótica dos desejos, demandas e projetos locais representa mais que uma opção de ordenar os serviços públicos. Torna-se uma garantia

de quem os recebe poder ter controle sobre os mesmos, o que configuraria a racionalidade das decisões locais.

Retratando a percepção de Jacobi (1989), a descentralização vai além do conceito de redistribuição de funções. É a possibilidade de ampliar o exercício dos direitos, a participação, a independência das gestões municipais, controle e gestão das decisões e aprimorar de forma eficiente a redistribuição dos recursos públicos que são escassos (JACOBI, 1989).

O modelo de descentralização adotado pela Constituição de 1988 foi o da “descentralização para executar políticas”, ao mesmo tempo em que as decisões e a legislação no tocante a essas políticas ficou a cargo da União. Ao estudar esse processo, Nazareth destacou:

Qualquer análise do processo de descentralização fiscal sobre as finanças municipais, e, por decorrência, dos resultados da operação do sistema de transferências de receitas para os municípios, deve considerar as duas funções básicas assumidas usualmente pelos governos de níveis superiores em sistemas federativos: a de arrecadador substituto e a de redistribuidor de recursos com fins de equalização do poder de gasto orçamentário e da provisão de bens públicos específicos” (NAZARETH, 2015).

Sobre a descentralização fiscal, Guedes e Gasparini (2007), mencionam a complexidade e variedade de dimensões as quais o conceito está relacionado como: as diferentes esferas do governo responsáveis pelos gastos e receitas, as transferências de recursos dentro do governo e autonomia política concedida aos governos. Ao mesmo tempo em que os governos locais passam a ter autonomia sobre os gastos e a arrecadação, passam também a financiar os recursos recebidos.

Affonso (1996) mostra que a descentralização está relacionada a três conceitos importantes: democracia, desenvolvimento, eficiência e equidade. A descentralização no campo da democracia pauta-se em duas vertentes. Para alguns, a descentralização é um instrumento de redistribuição do poder político no qual o Estado cederia a pressões e a participação dos setores populares. Do outro lado, há os que defendem a descentralização como estratégia de deslocamento da alternativa popular para o plano local.

Quanto ao desenvolvimento, existem dois conceitos extremos. O primeiro trata a descentralização como ferramenta para alcançar o desenvolvimento a favor da maior



parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica através da redistribuição dos recursos disponíveis. Do outro lado, tem-se o processo como a impossibilidade completa de equilibrar o desenvolvimento entre as regiões e no interior delas (AFFONSO, 1996).

De acordo com Affonso (1996), ao relacionar a descentralização com a eficiência e a equidade, observa-se que não é possível fazer afirmações com propriedade, pois, não se dispõe de uma avaliação consistente sobre os impactos da descentralização em relação ao efetivo funcionamento do aparelho estatal e dos serviços disponibilizados. Não há, também, avaliações do impacto redistributivo entre as regiões e os indivíduos. Na compreensão do autor citado, tomando por base evidências de experiências locais observa-se que, dado o contexto brasileiro, a relação custo benefício torna o processo inviável.

Descentralizar é conceder poder às instâncias governamentais de menor grau, como municípios, permitindo dotá-los de competências e equipar os organismos intermediários a fim de aproximar os cidadãos e desenvolver uma gestão eficaz. Para que isso ocorra é necessário definir objetivos claros e adotar um modelo de descentralização como referência a ser seguido pelos governos, de modo a considerar, também, qual é o real papel dos cidadãos (JACOBI, 1989).

O processo de descentralização possibilitou aos municípios relativa autonomia administrativa para gerenciar os novos ganhos fiscais com consequente aumento de seus gastos. Porém, o que se observa durante o processo é que houve um aprofundamento nas desigualdades econômicas e na execução de políticas públicas, gerando maiores diferenciações entre os municípios, como é o caso da microrregião de Sousa.

## **2.4 A economia local e o novo papel dos municípios a partir da década de 1990**

O desenvolvimento local é compreendido como um processo endógeno observado em localidades territoriais de pequeno porte, os municípios, os quais apresentam a capacidade de proporcionar o dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população. Os municípios apresentam extensões territoriais que favorecem a mobilização social e acomodação de investimentos que potencializam o desenvolvimento (BUARQUE, 1999).

O processo de descentralização do poder do Estado e de políticas públicas data da década de 1970, porém, foi com a Constituição de 1988 que as discussões apresentaram fundamento nas transferências financeiras do Governo Federal e no aumento da participação dos estados e municípios no setor público. Como destaca José Afonso (1994), o processo de descentralização do Estado brasileiro foi constituído em meio a crises fiscais e cenários políticos altamente oscilantes.

Durante as décadas de 1990 e 2000, o papel do Estado vem sendo redefinido, o que tornou possível observar maior valorização do poder local, orientado pelas propostas de descentralização de políticas públicas. Silva (2000) define descentralização no âmbito das políticas públicas como sendo a técnica de reestruturar a aparelhagem estatal nas áreas financeiras, técnicas, administrativas e políticas, transferindo o poder da esfera nacional para os municípios. A base de sustentação da concepção sobre a descentralização é que o poder municipal está mais próximo que as outras esferas das necessidades coletivas e dos cidadãos. Nessa perspectiva, cabe aos municípios planejar, administrar, executar e realizar as melhores escolhas em prol da população.

Com a Constituição de 1988, observa-se que de uma forma mais concreta, os municípios adquiriram maior autonomia, e conseqüentemente lhes foram atribuídas maiores responsabilidades em promover seu desenvolvimento. Entretanto, constata-se também que os municípios apresentam fragilidades estruturais que não podem ser sanadas apenas com aumento na disponibilidade orçamentária. Assim como recursos, os municípios também necessitam de programas públicos que lhes forneçam condições sustentáveis para desenvolver-se.

A descentralização fiscal e a redução de desigualdades sociais entre as regiões devem estar em harmonia para que ocorra realmente uma reforma na gestão administrativa dos municípios, coerente com os interesses da comunidade. Observa-se, ainda, que a autonomia financeira conquistada pelo poder local com a Constituição de 1988 foi maior no que diz respeito aos gastos do que às competências para criar os tributos, a fim de financiar as despesas. Os municípios puderam se tornar, formalmente, geradores de emprego e renda a partir do aumento dos gastos de custeio e pessoal, assim como pelo lado dos investimentos em capital social básico no fornecimento de serviços públicos para a sociedade. Através da descentralização das políticas públicas é possível ainda observar a relação entre benefícios e custos dos bens e/ou serviços que o governo

disponibiliza (CARVALHO, 2002). Contudo, nem sempre a realidade fiscal dos municípios oferece condições para que possam se tornar sustentáveis.

Kerbauy (2001) compreende a descentralização como um processo que envolve o deslocamento das resoluções governamentais internas e externas em que há participação direta da sociedade nas decisões, responsabilidade e transparência da gestão pública. Os municípios são os agentes principais. Em decorrência desse processo, os municípios se tornaram entes federados, com constituições próprias e relativa autonomia político-jurídica. Fatores como as desigualdades nas execuções de políticas públicas e a heterogeneidade econômica entre os municípios impactaram de forma significativa o processo de descentralização. É provável que a descentralização tenha possibilitado aos municípios aumentarem sua capacidade fiscal e, consequentemente, os gastos sociais. Porém, esse processo ocorreu de forma diferenciada entre as regiões e entre os municípios de um mesmo estado, sem considerar as dificuldades estruturais na economia e na sociedade, principalmente, dos pequenos municípios (KERBAUY, 2001).

Desde a década de 1980 discute-se o processo de descentralização de políticas públicas do Estado com base em princípios sociais e políticos. Assim, levantaram-se discussões sobre propostas de transferências de serviços assistenciais que permitissem universalizar o atendimento aos cidadãos. Entre eles, regionalizar os programas de saneamento e habitação; descentralizar e universalizar os programas de educação básica e saúde; e, municipalizar os serviços de assistência social como um direito à cidadania para a população por eles assistida (ARRETCHE, 1996).

Tomando como exemplo o processo de descentralização na América Latina, observa-se que há uma transferência de responsabilidades ao poder municipal sem respaldo suficiente por parte dos governos estaduais e federais, no caso do Brasil. Verifica-se, então, que o modelo de desenvolvimento local é apenas uma transferência de atribuições sem instrumentos que propiciem a execução dos novos compromissos que são assumidos pelo município. Nesse processo, “os Estados nacionais passam a transferir a gestão do conflito social e das carências para os governos municipais” (BAVA, 1996).

Afonso (1996) destaca que a principal característica do processo de descentralização do Estado brasileiro é a descoordenação. No caso da Colômbia, por

exemplo, seu processo de descentralização foi originado na necessidade do governo Federal em desfazer-se de encargos e os transferir para estados e municípios, devido as crises fiscais e a perda de governabilidade. No Brasil, o processo teve origem nos municípios e nos estados, tendo o Governo Federal como opositor, cercado por um cenário de fragilização do setor financeiro. Como resultado, tem-se uma descentralização em que não foi realizado um plano de implantação, sendo incompleta e cheia de conflitos. Ademais, houve o agravamento dos problemas estruturais de uma nação que já é caracteristicamente marcada pelas desigualdades socioeconômicas internas e entre as regiões.

A descentralização do poder do Estado e de políticas públicas permitiu aos municípios aumentar sua capacidade fiscal e seus gastos na área social. Segundo Abrucio e Couto, é possível observar que o processo não foi constituído de forma semelhante em todos os municípios. E, em consequência, tornou maior as desigualdades já existentes. Para amenizar o problema, seria necessário que o Governo Federal gerisse a descentralização buscando atender as demandas locais de forma qualitativa. Porém, o que se observa é a incapacidade que o ente federal tem de acompanhar o processo. Caberia ao Estado realizar uma reforma nos municípios que diminuísse as diferenças sociais e permitisse o fortalecimento da gestão pública municipal. Entretanto, há pouca cooperação entre os municípios, ao contrário, a competição por recursos e as rivalidades entre eles é o que prevalece. Esse cenário pode ser visto através do processo de multiplicação dos municípios no país desde a década de 1980 (ABRUCIO e COUTO, 1996).

A municipalização representa um caso particular de descentralização. Esta é entendida como uma forma de descentralização administrativa das políticas e dos instrumentos oriundos da intervenção pública para os planos municipais, no qual há transferência das decisões para os municípios (BUARQUE, 1999).

Segundo as contribuições de Abrucio e Couto (1996), atualmente os municípios enfrentam um duplo desafio: precisam assumir políticas de responsabilidade da União ou, secundariamente, dos estados, com o intuito de assegurar condições mínimas de bem-estar social para a população. Assim, torna-se necessário estabelecer parcerias com a iniciativa privada para estimular o desenvolvimento econômico. Esses novos desafios

estão condicionados a três parâmetros: a estrutura fiscal da federação brasileira, as especificidades socioeconômicas e a conjuntura política de cada região.

A Constituição de 1988 promoveu alterações no federalismo fiscal brasileiro. Os municípios passaram a ser considerados como integrantes da federação, assumindo a mesma parcela de direitos e deveres que o Estado, assim como a disponibilidade de serviços direcionados a população local e atividades de cunho social. Entretanto, o que se observa como resultado das mudanças é que os municípios se fortaleceram não pelo desenvolvimento de sua capacidade tributária, mas, pelo aumento da participação nas transferências orçamentárias levando, assim, há uma forte dependência financeira (GUEDES; GASPARINI, 2007).

Abrucio e Couto (1996) mostram, também, que a saída para que os municípios possam cumprir com suas novas atribuições está na modificação de suas estruturas administrativas e a recapacitação financeira. E, para atender às novas demandas, eles deverão incorporar a estrutura dos serviços que antes eram de responsabilidade das instâncias federais. Além disso, devem priorizar as áreas que mais necessitam de atenção.

Na perspectiva apresentada pelos autores, para reinventar a atuação governamental é necessário aderir às iniciativas que promovam o desenvolvimento local. Essas iniciativas devem estar especialmente centradas na geração de emprego e renda. Para construir mecanismos de intervenção que atuem no campo das políticas públicas é necessário sair do campo ideológico para a análise, observação e construção de instrumentos que possam impactar de forma significativa na vida dos indivíduos. O desafio atual é construir ferramentas para coordenar a descentralização e a democracia para ter meios de enfrentar eficazmente as disparidades sociais que impedem o desenvolvimento.

A descentralização deve ser entendida e implantada como um processo conjunto entre as esferas municipal, estadual e federal. Através do seu processo de formação já se observa que apenas delegar responsabilidades aos municípios e transferir recursos não é o suficiente. De fato, os municípios desempenham um papel importante para promover o desenvolvimento, entretanto, faz-se necessário coordenar as competências entre as esferas de poder.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem por finalidade analisar as características socioeconômicas da microrregião de Sousa no estado da Paraíba e suas condições na geração de emprego e renda sustentáveis para a população local.

O estudo tem caráter bibliográfico, descritivo e analítico. Na pesquisa bibliográfica foram selecionados artigos e livros de modo a contextualizar o objeto de estudo e fornecer a sustentação teórica para o trabalho, buscando as referências mais atuais e argumentos críticos sobre o tema. A partir desses estudos observou-se como o desenvolvimento local pode proporcionar o empoderamento das gestões municipais e a efetiva participação dos cidadãos na economia local.

Como o objeto de estudo do trabalho é a microrregião de Sousa, fez-se necessário contextualizá-la para situar o leitor sobre suas particularidades. A partir da caracterização da microrregião e análise de indicadores foi possível ponderar de que modo a geração de emprego e renda local pode contribuir para o desenvolvimento da microrregião.

Foram utilizados dados secundários a partir de fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A análise dos dados secundários consistiu na coleta de indicadores de atividade econômica tais como: PIB e PIB *per capita* e indicadores que representam a distribuição da atividade econômica por setores produtivos. Além destes, também foram coletados indicadores de mercado de trabalho como: as ocupações no trabalho, admissões e os níveis de rendimento da população residente na microrregião de Sousa.

Para retratar a situação econômica e social da microrregião, foram analisados os indicadores de PIB e PIB *per capita*. O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal agregado macroeconômico do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e consiste no total da renda gerada em determinado período ou, do ponto de vista da produção, no total de bens e serviços produzidos em determinado período, descontadas as despesas com insumos e serviços e somados os impostos sobre produtos líquidos de subsídios (IBGE, 2017). Através dele pretende-se analisar como vem evoluindo a produção na

microrregião e a distribuição entre os setores. O PIB *per capita* representa a divisão da riqueza produzida no país pela população residente (IDEME, 2017).

Para caracterizar o mercado de trabalho foram analisados dados sob a perspectiva da População Economicamente Ativa (PEA). Esta compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. A população ocupada é composta por pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham alguma ocupação no trabalho. Enquanto que, a população desocupada é composta por aquelas pessoas que não tinham trabalhado, em um determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva, por exemplo, consultando pessoas, jornais, etc., para encontrar uma ocupação produtiva (IBGE, 2017). Pretende-se, ainda, analisar quais ocupações estão sendo criadas para servirem à inserção profissional da população da microrregião e os níveis de rendimento resultante dessas ocupações no trabalho formal.

As informações coletadas foram tratadas didaticamente a fim de facilitar a compreensão, sendo apresentadas por meio de tabelas e gráficos. Além disso, buscou-se informações documentais junto à gestão pública sobre as iniciativas que vêm sendo empregadas para estimular a geração de emprego e renda na microrregião atendendo ao objetivo de verificar se existem políticas públicas locais que promovam a geração de emprego e, conseqüentemente, de renda para a população local.

Foram escolhidos dois principais municípios dentro da microrregião de Sousa para a realização de uma entrevista: os municípios de Sousa e Pombal. A partir desse recurso, buscou-se verificar, em caráter exploratório, a existência de políticas públicas ou iniciativas locais voltadas para o mercado de trabalho. Utilizou-se um roteiro com questões norteadoras sobre o tema (disponível no apêndice). No município de Sousa foi realizada uma entrevista na Agência de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal. A abordagem foi realizada pessoalmente com o diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico, o qual atendeu e respondeu as questões apresentadas no roteiro proposto para a entrevista. No caso do município de Pombal, também foram realizados contatos por telefone e por e-mail na tentativa de realizar a entrevista com algum secretário da gestão municipal, porém, após insistentes contatos não se obteve resposta.

As microrregiões são definidas como áreas que apresentam especificidades quanto à organização do espaço, porém, não são autossuficientes e nem únicas devido a necessidade de articulação com espaços maiores como as mesorregiões, os estados e a União. Apresentam particularidades em relação à estrutura de produção: agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas diferenças são resultado da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 2017). A microrregião de Sousa está localizada no alto sertão paraibano e é composta por 17 municípios: Aparecida, Cajazeirinhas, Condado, Lastro, Malta, Marizópolis, Nazarezinho, Paulista, Pombal, Santa Cruz, São Bentinho, São Domingos, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, Sousa, Vieirópolis e Vista Serrana, de acordo com o IBGE (2017).

Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), em 2013, a microrregião de Sousa representava apenas 4,12% do PIB estadual (IDEME, 2017). Embora seja um percentual pouco expressivo, a microrregião é formada por 17 municípios e abriga uma população de quase 200 mil habitantes, sendo escolhida para o estudo devido a carência de informações sobre as condições socioeconômicas da microrregião e para investigar como sua estrutura produtiva está atendendo as demandas da população local por emprego e renda, considerando sua importância para o sertão paraibano.

Esta microrregião é caracterizada por baixíssimos índices pluviométricos. Nos últimos anos o período de chuvas tem sido cada vez menos regular, afetando o potencial produtivo da região e tornando-a cada vez mais dependente de transferências de recursos financeiros estaduais e federais. A região necessita de estudos que venham contribuir para mostrar suas vulnerabilidades e como a gestão pública, seja municipal, estadual e/ou federal, pode auxiliar no desenvolvimento econômico da região.



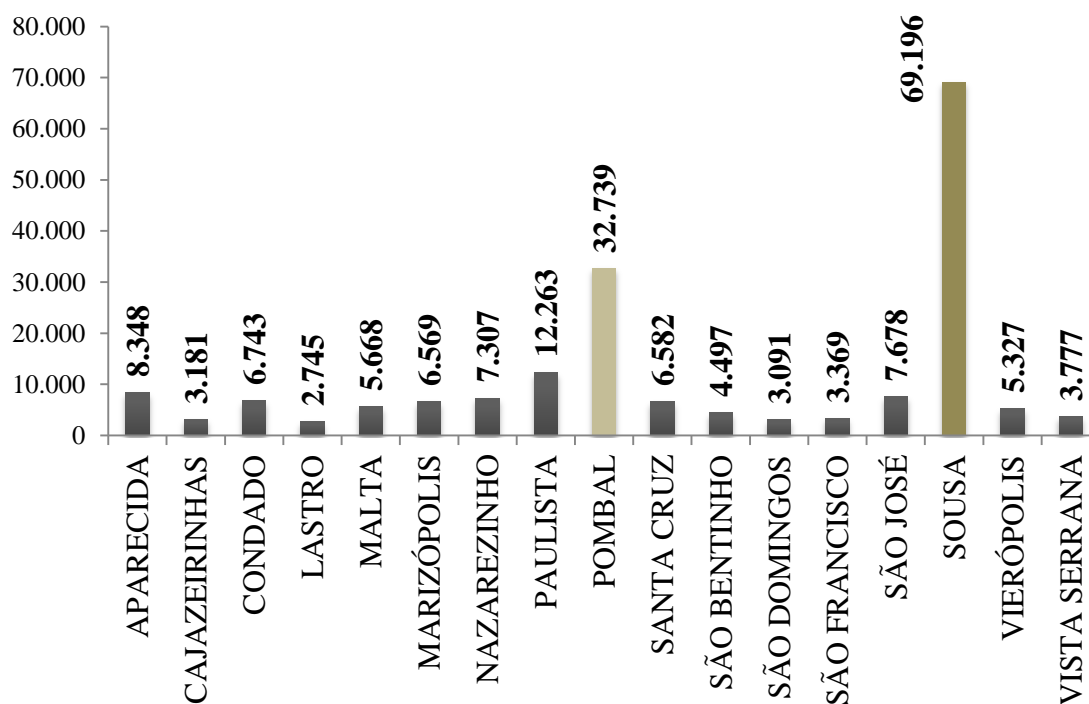
## 4 MICRORREGIÃO DE SOUSA: AS CONDIÇÕES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A partir desta seção conheceremos um pouco da história da formação da microrregião de Sousa e traçaremos seu perfil socioeconômico através dos indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho.

### 4.1 Formação histórica da microrregião

Esta seção é dedicada a formação histórica dos municípios da microrregião de Sousa, localizada na mesorregião do Sertão paraibano. A maioria dos municípios tiveram sua formação a partir do desmembramento das áreas de Sousa e de Pombal, dos quais eram distritos. A partir do Gráfico 2, pode-se observar a população estimada para o ano de 2016 na referida microrregião.

**Gráfico 2: Microrregião de Sousa - População estimada nos municípios em 2016**  
(número de pessoas)



Fonte: TCU. 2017.

Nota<sub>1</sub>: Estimativa

Nota<sub>2</sub>: Referência 1º de julho de 2016

A população total estimada em 2016 é de 189.080 habitantes. De acordo com os dados do Gráfico 2, constata-se que o município que abriga a maior parte da população na microrregião é Sousa, contando com uma população de 69.196 habitantes; e, o menor é Lastro, com 2.745 pessoas.

Considerando os registros do IBGE, o município de Sousa tem sua história iniciada durante o ciclo de abertura das entradas em direção ao sertão do estado da Paraíba. O território que compreende a cidade já foi domínio da Casa da Torre, da Bahia e de Teodósio e Francisco de Oliveira Lêdo, considerados como os senhores dos vales que constituem os rios Piranhas e Peixe. Os irmãos Lêdo foram os primeiros moradores da região. A atual Sede do município localiza-se em terras do antigo Jardim Rio do Peixe, pertencente a Francisco Dias D'Ávila, e, posteriormente a sua mãe, que doou a sesmaria ao que hoje ainda constitui o patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios. A fertilidade das terras atraiu moradores. Assim, constituiu-se o primeiro povoado, levando Bento Freire de Sousa, residente da Fazenda Jardim, a tomar a iniciativa de erguer a primeira Igreja que até hoje existe em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Em homenagem ao fundador e primeiro administrador do patrimônio, Bento Freire de Sousa, município e cidade passaram a se chamar Sousa, sendo elevado à categoria de cidade em 28 de junho de 1854, pela lei provincial nº 28 (IBGE CIDADES, 2017).

Com referência nos dados oficiais do IBGE (2017), os municípios de Aparecida, Lastro, Marizópolis, Nazarezinho, Santa Cruz, São Francisco, São José da Lagoa Tapada e Vieirópolis foram desmembrados do município de Sousa.

O município de Aparecida assumiu esta posição em 29 de abril de 1994 pela lei estadual nº 5.896. Porém, teve sua fundação como povoado no ano de 1926, ao lado do Rio do Peixe e na bifurcação do Rio Piranhas, na fazenda denominada “Canto”, mantendo esse nome até 1936. Sua área foi doada pelos herdeiros de João Batista da Silva ao Patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios, local onde foi celebrada a primeira missa (IBGE CIDADES, 2017).

Sobre o município de Lastro, no IBGE registra-se apenas que sua história se iniciou na primeira metade do século XIX. Passou a ser considerado município com a lei estadual nº 2.048 de 17 de junho de 1963 (IBGE CIDADES, 2017).

Com referência aos registros do IBGE, a história do município de Marizópolis é datada a partir de 1723, com seus primeiros conquistadores, os irmãos Ledo. A localidade apresentava características que remetia a boa fertilidade do solo, incentivando a lavoura, a criação e o povoamento, além de despertar o interesse de indivíduos dos lugares mais distintos. Marizópolis foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 5.915, em 29 de abril de 1994 (IBGE CIDADES, 2017).

O município de Nazarezinho teve origem na Fazenda Picos do senhor Francisco Lins de Albuquerque. Ele fez de suas terras um loteamento para a construção de casas, consolidando a área em povoado, denominado por Nazareth do Pico, devido sua proximidade com o Serrote do Pico. Dado o crescimento do povoado, fez-se necessário a construção de uma Capela, tendo como padroeiro São Sebastião, em homenagem a um menino que havia falecido vitimado por uma flecha, do mesmo modo como o santo foi martirizado. Tornou-se município com a denominação de Nazarezinho, de acordo com a lei estadual nº 2.659, em 22 de dezembro de 1961 (IBGE CIDADES, 2017).

Santa Cruz teve sua origem em 1918, quando João Antônio de Oliveira foi nomeado para o Posto Fiscal do Estado. Três anos mais tarde seu filho Nestor Antunes de Oliveira construiu uma latada, onde realizara uma feira que passou a ter a população da região como frequentadores, dando expansão ao povoado. Em 1922, foi construída a primeira capela e a primeira missa foi celebrada em novembro do mesmo ano. Em 1923 o povoado passou a ser denominado Santa Cruz e neste ano também foi construído o mercado público. Devido ao progresso, em 1949, o Povoado foi elevado à posição de Distrito pertencente ao município de Sousa. Em 29 de dezembro de 1961, tornou-se município pela lei estadual nº 2.707 (IBGE CIDADES, 2017).

São Francisco, segundo os registros do IBGE, cresceu em torno de uma feira semanal de farinha de mandioca, rapadura e carnes, existente em frente à capela do Sagrado Coração de Jesus. Sua história data da época das sesmarias, mais especificamente em 17 de outubro de 1719, ocasião em que houve a doação da sesmaria por parte de Custódio de Oliveira e Figueiredo e Fructuoso Dias da Silva. Uma curiosidade sobre seu processo de formação data de fevereiro de 1926, quando o já então povoado foi tomado pela coluna Prestes. São Francisco passou a ser considerado município pela lei estadual nº 5.907 de 29 de abril de 1994 (IBGE CIDADES, 2017).

São José da Lagoa Tapada assumiu a situação de município em 28 de julho de 1959, pela lei estadual nº 2.149. De acordo com registros do IBGE, seu nome tem origem em um aterro feito em lagoa. Localizado atualmente no Sítio Lagoa Tapada de onde se origina o nome da cidade (IBGE CIDADES, 2017).

Vierópolis tornou-se município pela lei estadual nº 5.904, em 29 de abril de 1994. Sua história data do início da década de 1830, a partir da união de duas sesmarias denominadas de Genipapeiro e Serra Branca. Mais tarde vieram formar a Fazenda Palestina, onde se criou o clã da família Vieira. Em 1938, iniciou-se a construção da primeira capela, inaugurada em 25 de julho de 1940, no já povoado de Serra Branca. Em 1962 assumiu a posição de distrito com o nome de Vierópolis, denominação para o local que no futuro se tornaria município (IBGE CIDADES, 2017).

A história de Pombal tem origem nas tribos indígenas que habitavam a região, o que impedia a colonização devido a hostilidade desses povos. Só por volta de 1698, Teodósio Oliveira Ledo conseguiu fundar o Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, onde mais tarde seria o que hoje é a cidade de Pombal. Em 1776, a Vila Nova de Pombal passou a ser denominada somente de Pombal, em homenagem a uma localidade de Portugal. Pombal foi elevado a condição de cidade através da lei provincial nº 68, em 21 de julho de 1962 (IBGE CIDADES, 2017).

Os municípios de Cajazeirinhas, Malta, Paulista, São Bentinho e São Domingos, tiveram suas origens marcadas inicialmente como distritos de Pombal.

No caso de Cajazeirinhas, sua história começou nas capitânicas hereditárias, com o donatário Umbelino de Almeida, rico proprietário que fixou residência na Fazenda Cajazeiras, onde instalou o primeiro engenho da região. Após sua morte, seu filho João Inácio dos Santos cedeu parte de suas terras para a construção de uma Igreja, de um Grupo Escolar e mais casas. Em 1930, a Vila passou a categoria de Povoado. Em 1962, o povoado transformou-se em distrito. Foi elevado a posição de município em 29 de abril de 1994 pela lei estadual nº 5.895 (IBGE CIDADES, 2017).

O município de Malta foi desmembrado de Pombal pela lei estadual nº 985, de 09 de dezembro de 1953. A história do município, segundo os registros do IBGE, se iniciou por volta dos anos de 1930, no qual o fundador da cidade, João Fernandes de Freitas construiu uma Capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Suas

características particulares do solo fértil, promoveu a organização de várias fazendas para criação e cultivo do algodão. Em torno da Capela se desenvolveu o que mais tarde seria a cidade de Malta. Em 1938, devido ao seu rápido desenvolvimento, tornou-se distrito de Pombal. Em 1960, foi criado o distrito de Condado e anexado ao município de Malta (IBGE CIDADES, 2017).

Paulista tem sua história iniciada no ano de 1851, quando o capitão-mor José Felix Machado doou um terreno para a construção de uma capela em homenagem a São José. A partir de 1930, um povoado começou a se formar. Destacaram-se a criação de gado e a produção de lavouras. O nome do município resultou de um dos primeiros habitantes a povoar a região, o paulista Domingos Jorge Velho. Foi considerado município no dia 22 de dezembro de 1961, pela lei estadual nº 2.666, sendo desmembrado do município de Pombal (IBGE CIDADES, 2017).

São Bentinho tornou-se município pela lei estadual nº 5.933, em 29 de abril de 1994. De acordo com o IBGE, São Bentinho nasceu entre as fronteiras de dois sítios, São Bento ao Norte e Várzea Redonda ao Sul. Em 1937, Sebastião José Pereira construiu sua casa. Mesmo sem intenção de povoar a região, antes deserta, aos poucos seus próprios familiares e vizinhos começaram a habitar a localidade. Assim a região se tornou movimentada e nasceu a ideia de construir uma capela com o padroeiro São Francisco de Assis em homenagem ao doador do terreno Francisco Felinto. Ao assumir a categoria de município, recebeu a denominação de São Bento. A partir de 10 de dezembro de 1997, passou a ser chamado de São Bentinho (IBGE CIDADES, 2017).

São Domingos foi desbravado e povoado inicialmente pela família Oliveira Ledo. O sítio São Domingos foi comprado em 1863 pelo Capitão-mor Manoel Ferreira de Sousa da família Formiga. Em 1944 foi construída a primeira capela de alvenaria. Em 1949, o padroeiro do já então povoado foi escolhido: São Domingos de Gusmão. Em 15 de novembro de 1993, foi realizado um Plebiscito como primeira medida de elevar o povoado a situação de cidade. São Domingos passou a ser município pela lei estadual nº 5.902, em 29 de abril de 1994, sob o nome de São Domingos de Pombal. Em 17 de março de 2003, passou a ser denominado de São Domingos (IBGE CIDADES, 2017).

Quanto ao município de Condado, este foi desmembrado da cidade de Malta. A localidade foi povoada a partir do século XIX, nas fazendas Condado e Pedra D'Água,

de propriedade de Francisco Antônio e Padre Amâncio Leite. A cidade está localizada na parte mais alta da região devido a construção do Açude Arco-Verde, local no qual edificaram uma capela em homenagem a São Sebastião. Apesar das fortes pressões enfrentadas pelas autoridades do município de Malta, Condado tornou-se um povoado que se desenvolveu aos poucos, o que motivou seus moradores a buscarem a emancipação política, sob a liderança do fazendeiro Ageu de Castro. Condado foi considerado município pela lei provincial nº 2.672 em 18 de dezembro de 1962 (IBGE CIDADES, 2017).

Segundo o IBGE, Vista Serrana também foi desmembrada do município de Malta. De acordo com seu histórico, em torno de 1923, o senhor Manoel Medeiros de Araújo, proprietário do sítio Salamandra, construiu uma escola, uma capela e um cemitério em sua propriedade, de modo a atrair os moradores da região. Em 1929, a localidade já possuía algumas casas. As pessoas que ali residiam promoviam uma feira nos finais de semana, o que chamava a atenção na região, inclusive com a presença de cidades importantes na produção de cereais como Malta, Patos e Pombal. Essa feira trouxe para a região o progresso e o desenvolvimento, o que possibilitou a conquista da emancipação política. Vista Serrana assumiu a situação de município e distrito com a denominação de Desterro da Malta, pela lei estadual nº 3.050, de 17 de junho de 1963. Já com a lei estadual nº 5.529, de 27 de dezembro de 1991, o município passou a ser chamado de Vista Serrana (IBGE CIDADES, 2017).

A partir da próxima seção, passa-se a analisar os dados da microrregião referentes a demografia, pobreza, desigualdade, características gerais da população, indicadores de atividade econômica e de mercado de trabalho.

#### **4.2 Demografia, pobreza e desigualdade nos municípios da microrregião de Sousa**

Nesta seção serão analisados indicadores correspondentes a demografia, a distribuição da pobreza e o Índice de Gini, este último como indicador do nível de concentração de renda entre os municípios da microrregião de Sousa.

A Tabela 2 apresenta uma comparação entre os municípios da microrregião de Sousa, o estado da Paraíba e o Brasil, no que diz respeito a indicadores de demografia. A partir dele, pode-se observar que a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 73

anos em 2010. Na Paraíba, a diferença era de quase dois anos a menos. E, entre os municípios da microrregião, tem-se que Sousa apresenta a maior esperança de vida ao nascer, aproximadamente 74 anos, sendo superior ao Estado e a média Nacional. O município com menor esperança de vida ao nascer é São José da Lagoa Tapada, aproximadamente 68 anos. Ao analisar a média dos municípios que compreendem a microrregião de Sousa, destaca-se que a esperança de vida ao nascer é de, aproximadamente, 71 anos.

Quanto à mortalidade infantil, observou-se que a microrregião de Sousa, a Paraíba e o Brasil correspondem a 25%, 22% e 17%, respectivamente. A taxa de fecundidade média dos municípios é de 2 filhos. Na Paraíba é de aproximadamente 2, assim como no Brasil. A taxa de envelhecimento do brasileiro corresponde a 7,36% e na Paraíba a 8,53%. Na microrregião de Sousa, a média foi 10,68%.

**Tabela 2: Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Esperança de vida ao nascer (anos de vida), mortalidade infantil\* (%), taxa de fecundidade (%) e taxa de envelhecimento\*\* (%) em 2010**

	<b>Esperança de vida ao nascer</b>	<b>Mortalidade infantil</b>	<b>Taxa de fecundidade</b>	<b>Taxa de envelhecimento</b>
<b>Brasil</b>	<b>73,94</b>	<b>16,7</b>	<b>1,89</b>	<b>7,36</b>
<b>Paraíba</b>	<b>72</b>	<b>21,67</b>	<b>1,95</b>	<b>8,53</b>
Aparecida	69,79	28	1,95	11,29
Cajazeirinhas	71,35	23,4	1,92	8,44
Condado	71,16	24	1,78	11,65
Lastro	69,83	27,9	1,62	9,15
Malta	73,01	19,1	2,22	11,28
Marizópolis	70,16	26,9	2,45	9,4
Nazarezinho	69,83	27,9	2,31	10,21
Paulista	69,79	28	1,69	8,88
Pombal	72,22	21,1	1,79	10,5
Santa Cruz	71,73	22,4	1,85	13,95
São Bentinho	72,22	21,1	2,27	11,24
São Domingos	70,21	26,7	1,85	12,22
São Francisco	68,58	31,90	2,03	13,17
São José da Lagoa Tapada	68,34	32,7	1,99	10,64
Sousa	73,84	16,24	2,34	9,06
Vieirópolis	70,7	25,3	1,66	12,17
Vista Serrana	71,35	23,4	1,6	8,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

\* Número de crianças que morrem antes de completar 1 ano, a cada mil nascidas vivas.

\*\* Pessoas residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos (IBGE, 2017).

A Tabela 3 destaca o percentual de indivíduos extremamente pobres entre os anos de 1991, 2000 e 2010, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Em 1991, o percentual de pobres nos municípios da microrregião de Sousa, com exceção de Pombal e Sousa, foi quase o triplo do percentual brasileiro. No ano de 2000, esse indicador apresentou quase o dobro de diferença, o que também foi observado no ano de 2010.

De uma forma geral, é possível observar que o percentual de pessoas extremamente pobres foi reduzido tanto nos municípios da microrregião de Sousa, quanto na Paraíba e no Brasil.

**Tabela 3: Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas extremamente pobres nos anos de 1991, 2000 e 2010 (%)**

	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>18,64</b>	<b>12,48</b>	<b>6,62</b>
<b>Paraíba</b>	<b>41,18</b>	<b>25,17</b>	<b>13,39</b>
Aparecida	55,66	30,88	21,15
Cajazeirinhas	64,58	47,81	27,03
Condado	49,89	35,63	19,21
Lastro	81,28	40,38	22,53
Marizópolis	57,42	25,44	17,84
Paulista	57,87	30,49	13,38
Pombal	39,25	26,00	10,22
Santa Cruz	64,25	35,88	21,34
São Bentinho	65,53	33,89	11,00
São Domingos	59,81	39,27	18,60
São Francisco	66,64	36,13	17,54
São José da Lagoa Tapada	72,77	47,69	29,31
Sousa	36,37	17,67	9,58
Vieirópolis	73,64	44,92	23,59
Vista Serrana	33,22	11,05	20,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

A Tabela 4 mostra o percentual de pessoas pobres nos anos de 1991, 2000 e 2010. É interessante observar que, ao longo desse período, houve uma redução na pobreza em termos nacionais, estaduais e a nível de microrregião. Ao comparar o Brasil



com a microrregião, pode-se observar que o percentual de pessoas pobres é superior, chegando ao dobro na microrregião. A Paraíba situa-se em um nível mais intermediário entre o Brasil e a microrregião de Sousa.

**Tabela 4: Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas pobres nos anos 1991, 2000 e 2010 (%)**

	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>38,16</b>	<b>27,9</b>	<b>15,2</b>
<b>Paraíba</b>	<b>68,29</b>	<b>49,61</b>	<b>28,93</b>
Aparecida	82,7	65,6	38,01
Cajazeirinhas	84,39	72,33	46,83
Condado	77,63	60,9	36,04
Lastro	96,99	75,13	38,53
Marizópolis	80,33	55,02	34,8
Paulista	82,18	59,2	33,87
Pombal	66,22	49,35	26,6
Santa Cruz	84,61	60,38	30,87
São Bentinho	92,18	60,68	36,03
São Domingos	84,68	69,52	34,76
São Francisco	89,63	65,38	34,4
São José da Lagoa Tapada	89,05	71,82	43,46
Sousa	65,78	44,24	24,19
Vieirópolis	92,91	73,05	39,28
Vista Serrana	62,77	36,05	36,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

De acordo com a Tabela 5, registra-se o percentual de vulneráveis à pobreza, tanto nos municípios da microrregião de Sousa, assim como na Paraíba e no Brasil. De fato, os dados mostram que houve uma redução do percentual de vulneráveis à pobreza. Entretanto, por meio desses mesmos dados, adverte-se para uma situação preocupante, pois, com exceção do Brasil, no ano de 2010, todos os demais dados indicaram que mais de 50% da população encontra-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. Observa-se, ainda, que a microrregião de Sousa segue a tendência da Paraíba, sendo que nessa microrregião a situação é ainda mais alarmante. Esta informação pode estar relacionada ao baixo nível de rendimento da população, condição que afeta a

sobrevivência das pessoas e as submete à pobreza, como consequência da pouca capacidade de geração de emprego na microrregião.

**Tabela 5: Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa – Pessoas vulneráveis à pobreza nos anos 1991, 2000 e 2010 (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Brasil</b>	<b>58,53</b>	<b>48,39</b>	<b>32,56</b>
<b>Paraíba</b>	<b>84,68</b>	<b>72,39</b>	<b>53,65</b>
Aparecida	95,25	82,65	64,52
Cajazeirinhas	94,32	84,02	76,01
Condado	90,75	83,44	61,53
Lastro	99,93	93,94	69,89
Marizópolis	99,23	82,8	62,62
Paulista	93,3	80,93	58,65
Pombal	84,1	72,69	55,34
Santa Cruz	94,68	82,38	54,4
São Bentinho	97,9	86,77	62,52
São Domingos	96,31	83,44	67,33
São Francisco	97,94	88,5	63,28
São José da Lagoa Tapada	94,31	90,16	69,99
Sousa	85,58	70,42	51,61
Vieirópolis	98,99	89,73	65,56
Vista Serrana	83,48	65,74	65,79

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

O Índice de Gini é um indicador bastante utilizado para avaliar a concentração de renda em uma região ou município. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de concentração de renda. A Tabela 6 traz uma comparação entre os anos de 1991, 2000 e 2010 para o Brasil, a Paraíba e os municípios da microrregião de Sousa. A concentração média de renda registrada nos municípios da Microrregião em 1991 e 2000 era de aproximadamente 0,50 e em 2010 de 0,49, o que aponta para uma redução, ainda que pouco significativa da concentração de renda. Municípios como Aparecida, Cajazeirinhas, Condado, Lastro, Malta, Nazarezinho, Paulista, São Domingos, Sousa e Vieirópolis tiveram, entre 1991 e 2000, um aumento no nível de concentração de renda, o que também foi observado no Brasil. Os demais municípios da microrregião seguem a tendência da Paraíba de redução da concentração de renda, embora, pouco expressiva.

**Tabela 6: Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Índice de Gini**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,63</b>	<b>0,64</b>	<b>0,6</b>
<b>Paraíba</b>	<b>0,64</b>	<b>0,63</b>	<b>0,61</b>
Aparecida	0,46	0,61	0,51
Cajazeirinhas	0,52	0,57	0,5
Condado	0,48	0,5	0,48
Lastro	0,42	0,45	0,44
Malta	0,47	0,56	0,58
Marizópolis	0,38	0,48	0,51
Nazarezinho	0,52	0,56	0,52
Paulista	0,55	0,56	0,49
Pombal	0,58	0,53	0,54
Santa Cruz	0,54	0,51	0,46
São Bentinho	0,43	0,43	0,46
São Domingos	0,46	0,56	0,46
São Francisco	0,53	0,47	0,45
São José da Lagoa Tapada	0,66	0,52	0,49
Sousa	0,56	0,57	0,54
Vieirópolis	0,44	0,56	0,45
Vista Serrana	0,52	0,42	0,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

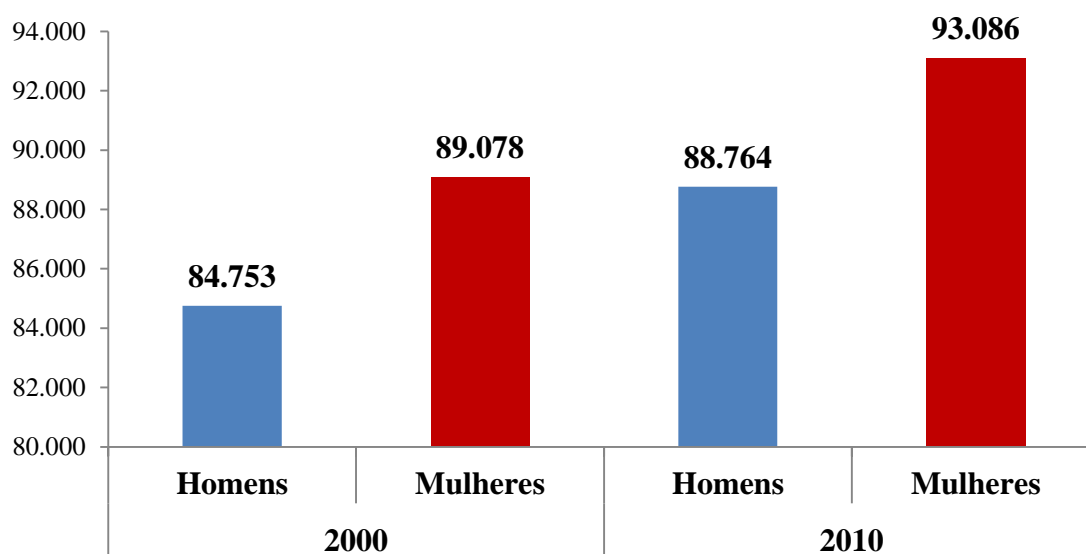
De todo modo, é importante destacar uma tendência de redução na concentração de renda. No ano de 2010, com exceção de Malta, Marizópolis, Pombal, São Bentinho e Vista Serrana, houve uma redução na concentração de renda. O menor nível de concentração de renda localiza-se no município de Lastro. Municípios como Malta, Sousa e Pombal registram no mesmo ano os maiores índices de concentração de renda dentro da Microrregião. Em síntese aponta-se para a alta concentração de renda dentro da Microrregião e em especial para os municípios que são considerados como o motor dinâmico da Microrregião.

#### **4.3 Características da população na microrregião de Sousa**

Entre as características da população da microrregião de Sousa, pode-se destacar, inicialmente, através dos Gráficos 3 e 4, a população residente por sexo e por condição de domicílio. Observa-se que a população em 2000 era de 173.831 habitantes. Destes, 84.753 eram homens e 89.078 mulheres, mostrando que as mulheres expressam

uma maioria de 4.325 habitantes. Dez anos depois, registrou-se um crescimento na população da microrregião de 4,61%, o que corresponde a 181.850 habitantes, sendo 88.164 homens e 93.086 mulheres. De 2000 para 2010, houve um crescimento da população masculina de 4,02%, enquanto a população feminina cresceu aproximadamente 4,5%, demonstrando sua predominância.

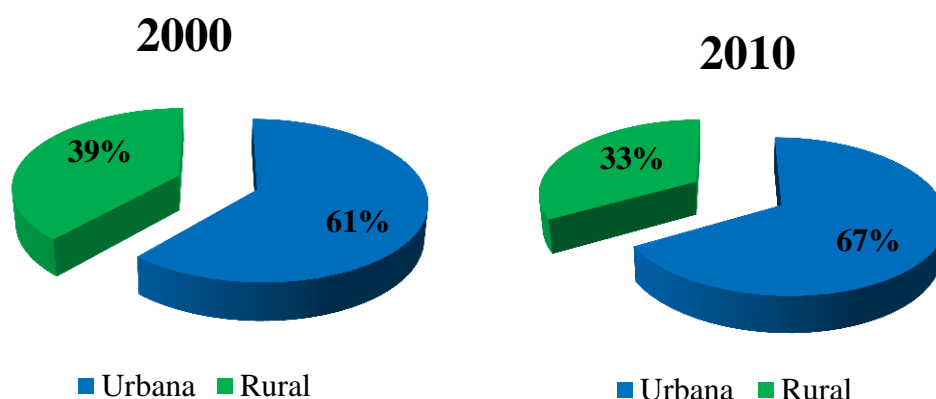
**Gráfico 3: População residente na microrregião de Sousa por sexo (mil pessoas)**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria. 2017.

No Gráfico 4, pode-se observar que, entre 2000 e 2010, houve um crescimento na população que reside na zona urbana de aproximadamente seis pontos percentuais, o que corresponde ao decréscimo dos indivíduos que residiam na zona rural. Isso pode indicar, por exemplo, a busca dos habitantes por melhores condições de vida em outros espaços, em virtude das dificuldades que predominam na zona rural e que tem a produção agrícola como uma das suas principais fontes de renda.

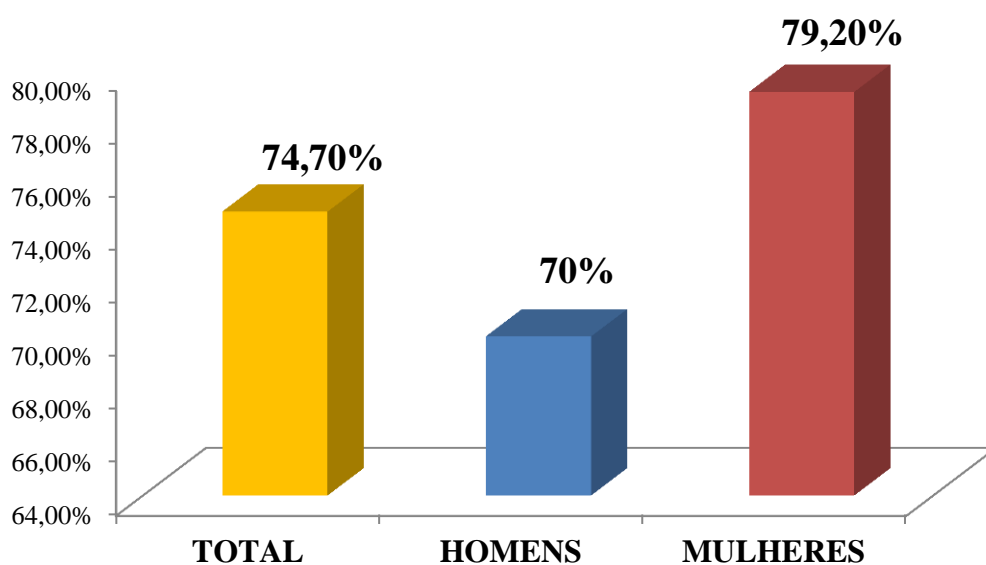
**Gráfico 4: Microrregião de Sousa - População residente por situação de domicílio (%)**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria. 2017.

O Gráfico 5 traz uma representação da taxa de alfabetização dos indivíduos com idade superior a 10 anos. Por meio dessas informações constatou-se que, do total da população, aproximadamente 75% dos indivíduos com mais de 10 anos são alfabetizados, sendo 79% mulheres e 70% homens.

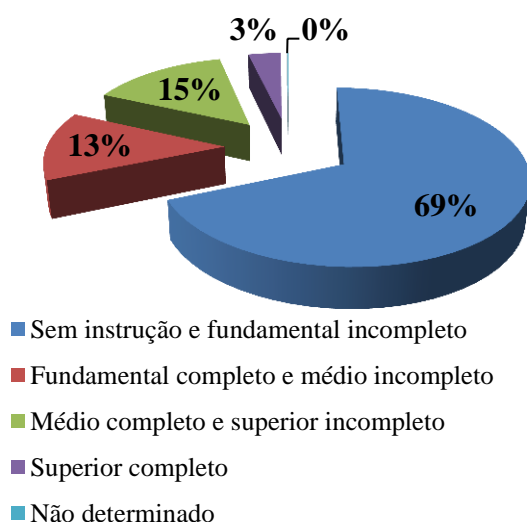
**Gráfico 5: Microrregião de Sousa -Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo em 2010 (%)**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

No Gráfico 6, pode-se analisar o nível de instrução das pessoas com mais de 10 anos. Tem-se que 69% dos indivíduos não tem instrução ou tem o ensino fundamental incompleto. Outra parcela significativa da população, cerca de 28%, encontra-se com ensino fundamental completo e o ensino superior incompleto. Apenas 3% tem o ensino superior completo.

**Gráfico 6: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução em 2010 (%)**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

Essa configuração é um indicador importante, tendo em vista que pode repercutir nos níveis de rendimento baixos observados na microrregião e que serão demonstrados em seção específica dedicada apenas a analisar os rendimentos.

#### **4.4 Indicadores de atividade econômica**

Nesta seção serão analisados os indicadores que tratam da atividade econômica na microrregião. Serão observados o PIB e sua distribuição dentro dos setores produtivos assim como, o PIB *per capita*.

#### 4.4.1 PIB e distribuição da atividade econômica por setores produtivos

O PIB é um indicador que representa o somatório de tudo que é produzido em determinado espaço geográfico, durante determinado período de tempo, geralmente compreendido por um ano. Pode ainda ser distribuído em três categorias ou como se convencionou, pelos principais setores produtivos: agropecuária, indústria e serviços.

O Gráfico 7 apresenta o PIB dos municípios que compõem a microrregião de Sousa no ano de 2014. Os dados demonstram que o maior PIB é o do município de Sousa (R\$ 568.128,00). Mesmo que os PIBs dos demais municípios seja somado, não é possível ultrapassá-lo. O segundo maior PIB é o do município de Pombal (R\$ 158.843,00) e o menor PIB foi registrado no município de Lastro (R\$ 6.081,00).

**Gráfico 7: Municípios da microrregião de Sousa - PIB a preços constantes de 2014**  
(Mil Reais)



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

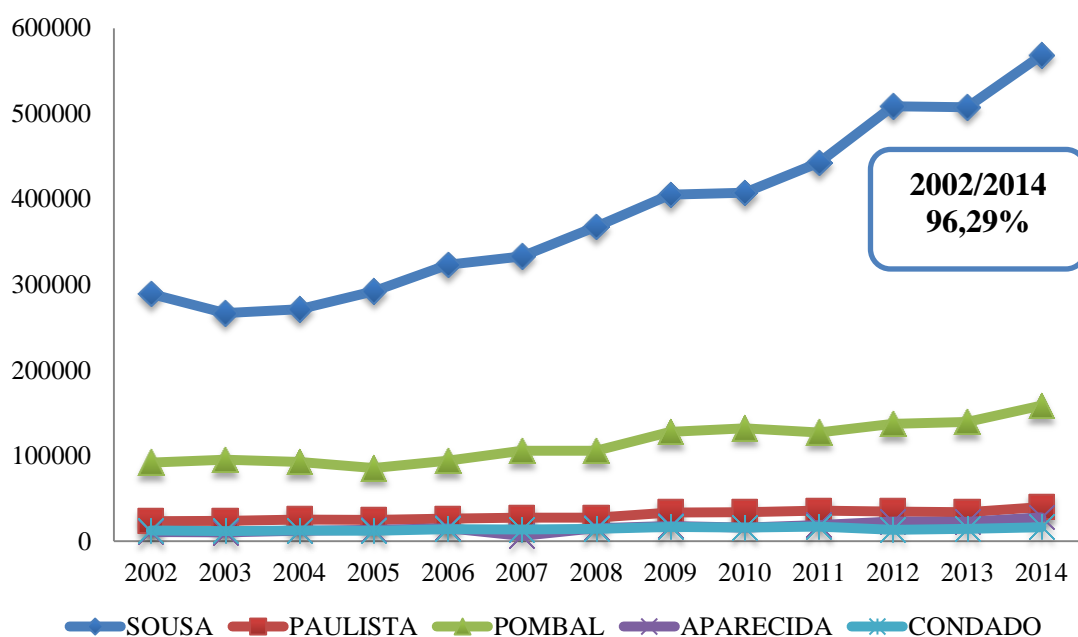
Nota<sub>1</sub>: Excluídos os impostos.

Nota<sub>2</sub>: Excluídos a administração, saúde, educação e seguridade social.

O município de Sousa representa 60% do PIB da microrregião, seguido por Pombal que tem uma representatividade de 17%. Os demais municípios representam 23% do PIB da microrregião, com percentuais variando entre 1% e 2%.

Os Gráficos 8 e 9 representam as séries históricas do cinco municípios com maiores PIBs e dos cinco municípios com menores PIBs. Como já mencionado anteriormente, Sousa registrou o maior PIB e teve, entre os anos de 2002 e 2014, uma taxa de crescimento de aproximadamente 96%. Pombal é o segundo maior PIB, seguido por Paulista, Aparecida e Condado, que tiveram uma taxa de crescimento de 72%, 71%, 163% e 30%, respectivamente (Gráfico 8).

**Gráfico 8: Microrregião de Sousa - Maiores níveis de produção no período de 2002 a 2014 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

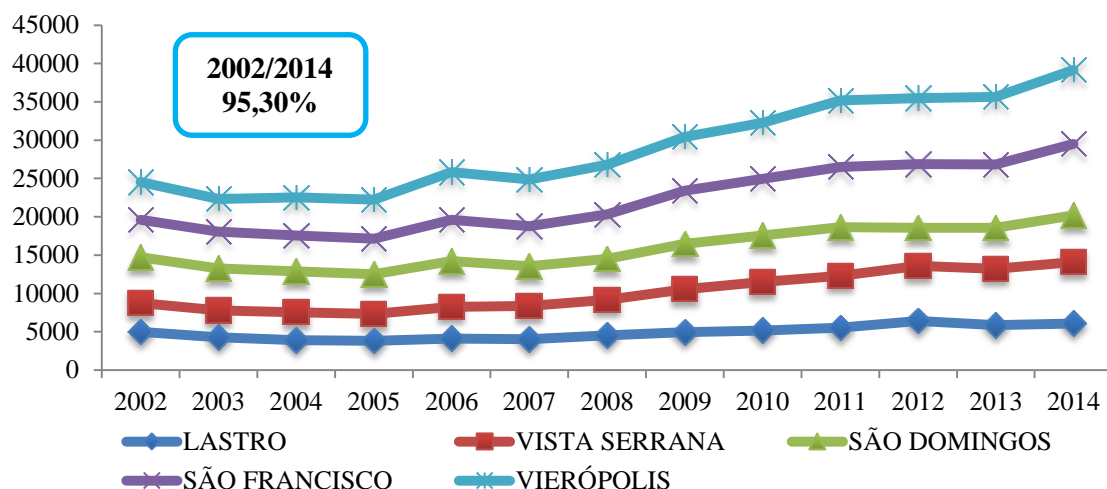
Nota<sub>1</sub>: Excluídos os impostos.

Nota<sub>2</sub>: Excluídos a administração, saúde, educação e seguridade social.

O menor PIB registrado situa-se no município de Lastro o qual, entre os anos de 2002 e 2014, teve um crescimento de 22%. O segundo menor PIB é o do município de Vista Serrana, seguido por São Domingos, São Francisco e Vieirópolis, com taxas de crescimento de 113%, 132%, 92% e 95%, respectivamente (Gráfico 9).



**Gráfico 9: Microrregião de Sousa - Menores níveis de produção no período de 2002 a 2014 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

Nota<sub>1</sub>: Excluídos os impostos.

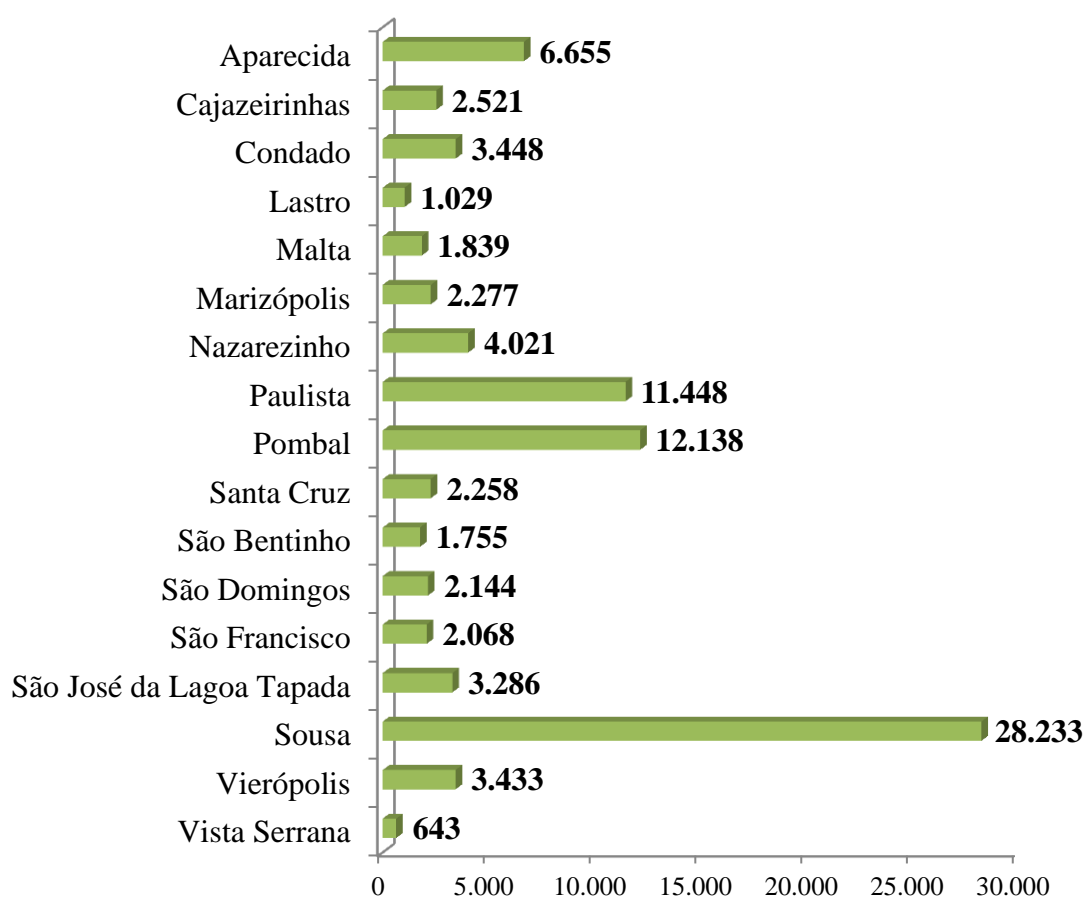
Nota<sub>2</sub>: Excluídos a administração, saúde, educação e seguridade social.

Os Gráficos 10, 11 e 12 representam o Valor Agregado (VA) do PIB por setores produtivos, ou seja, sua distribuição no setor agropecuário, indústria e serviços entre os municípios da microrregião no ano de 2014. Inicialmente, será analisado individualmente cada setor produtivo dentro da microrregião. Posteriormente, será observado os três setores conjuntamente e sua importância para a microrregião.

De acordo com o Gráfico 10, no setor agropecuário é possível observar que há quatro municípios que se destacam frente aos demais. São eles: Sousa, Pombal, Paulista e Aparecida.

Para fins de análise, considerando o período de 2002 a 2014, os municípios tiveram as seguintes taxas de crescimento no setor agropecuário: Aparecida (43,16%), Cajazeirinhas (-28,51%), Condado (-10,09%), Lastro (-53,87%), Malta (1,60%), Marizópolis (22,49%), Nazarezinho (-22,78%), Paulista (-6,30%), Pombal (-17,94%), Santa Cruz (-29,26%), São Bentinho (-14,31%), São Domingos (-44,16%), São Francisco (2,02%), São José da Lagoa Tapada (-9,92%), Sousa (-45,55%), Vieiraópolis (69,11%) e Vista Serrana (-17,46%).

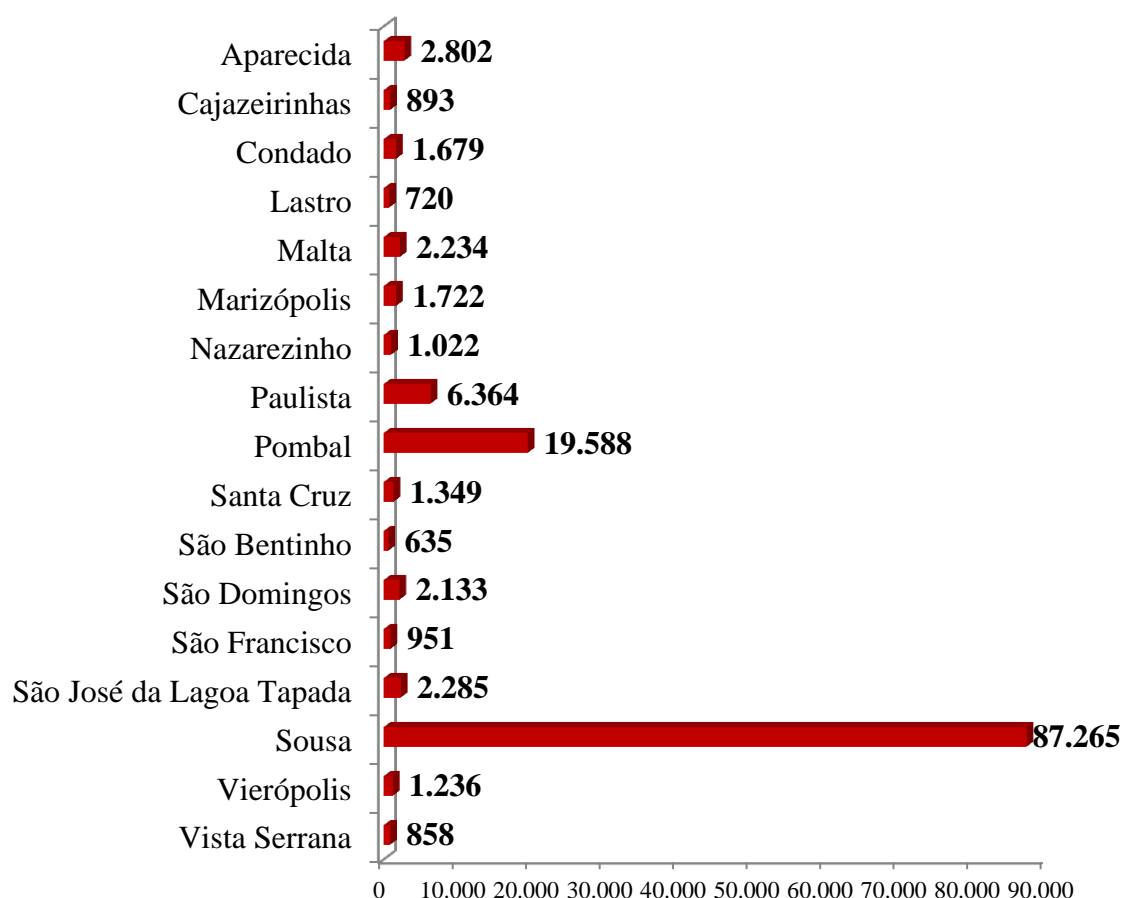
**Gráfico 10: Municípios da microrregião de Sousa - Valor Agregado do PIB no setor agropecuário em 2014 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

Na microrregião de Sousa percebe-se que o setor industrial (Gráfico 11), tem uma maior representação no município de Sousa. Dentre as indústrias situadas no município, pode-se citar a indústria de Laticínios Belo Vale Ltda, reconhecida tanto entre os municípios da região, assim como, dentro do estado. A indústria se faz menos presente no município de São Bentinho.

**Gráfico 11: Municípios da microrregião de Sousa - Valor Agregado do PIB no setor industrial em 2014 (Mil Reais)**

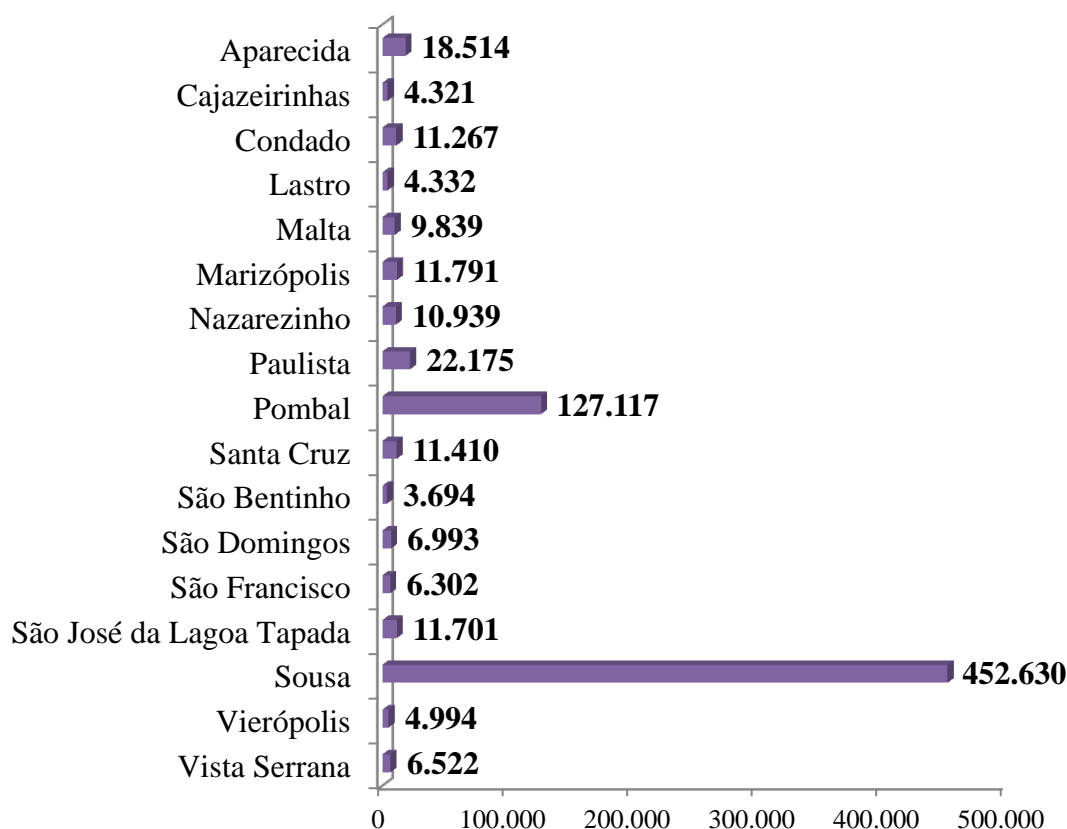


Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

Ao analisar o período de 2002 a 2014, observa-se que os municípios tiveram as seguintes taxas de crescimento no setor industrial: Aparecida (162,79%), Cajazeirinhas (69,73%), Condado (24,46%), Lastro (102,58%), Malta (-4,37%), Marizópolis (35,16%), Nazarezinho (23,88%), Paulista (123,06%), Pombal (82,74%), Santa Cruz (3,93%), São Bentinho (-3,88%), São Domingos (-12,65%), São Francisco (1.532,64%), São José da Lagoa Tapada (190,71%), Sousa (954,66%), Vieirópolis (898,80%) e Vista Serrana (141,40%).

O setor de serviços segue a linha dos demais setores, mantendo Sousa com a maior representatividade, seguido a distância pelo município de Pombal. O setor é menos presente no município de São Bentinho (Gráfico 12).

**Gráfico 12: Municípios da microrregião de Sousa - Valor Agregado do PIB no setor de serviços em 2014 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

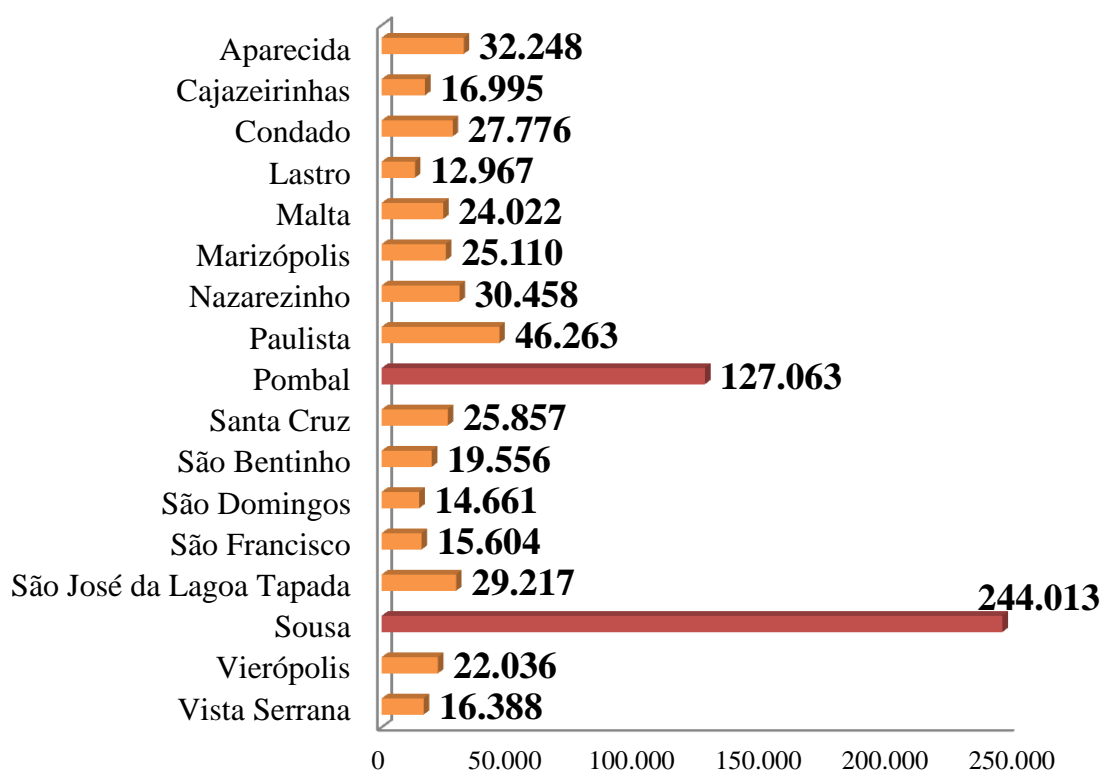
Considerando o período de 2002 a 2014, é possível destacar as seguintes taxas de crescimento no setor de serviços nos municípios: Aparecida (275,07%), Cajazeirinhas (52,22%), Condado (52,52%), Lastro (81,81%), Malta (103,08%), Marizópolis (185,84%), Nazarezinho (95,10%), Paulista (164,97%), Pombal (90,73%), Santa Cruz (94,18%), São Bentinho (83,25%), São Domingos (73,02%), São Francisco (158,38%), São José da Lagoa Tapada (104,74%), Sousa (132,52%), Vieirópolis (106,53%) e Vista Serrana (145,53%).

Ao comparar o setor agropecuário, a indústria e os serviços, pode-se observar que os serviços apresentam a maior representatividade em todos os municípios que compõem a microrregião. E, considerando o período de 2002 a 2014 constata-se que em todos os municípios o setor de serviços registrou um crescimento, enquanto que, nos

demais setores em alguns municípios houve queda. Merece também destaque o fato da economia da microrregião ser praticamente dependente de apenas um município: Sousa.

O Gráfico 13 mostra a partir da composição do PIB, a distribuição dos gastos com a administração pública, educação, saúde pública e a seguridade social. A partir deste gráfico constatou-se que os municípios com maiores níveis de gastos são os que mais se destacam em todos os indicadores já analisados dentro da microrregião: Sousa e Pombal.

**Gráfico 13: Municípios da microrregião de Sousa – Composição do PIB com administração pública, educação, saúde e seguridade social em 2014 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

Apesar da relevância da microrregião de Sousa no sertão paraibano, é preocupante a pouca representatividade de sua economia na economia do Estado. No ano de 2014, o valor agregado do PIB dessa microrregião expressava 3,48% do PIB da Paraíba, acima da participação da microrregião de Patos, com 2,87%, mas muito abaixo

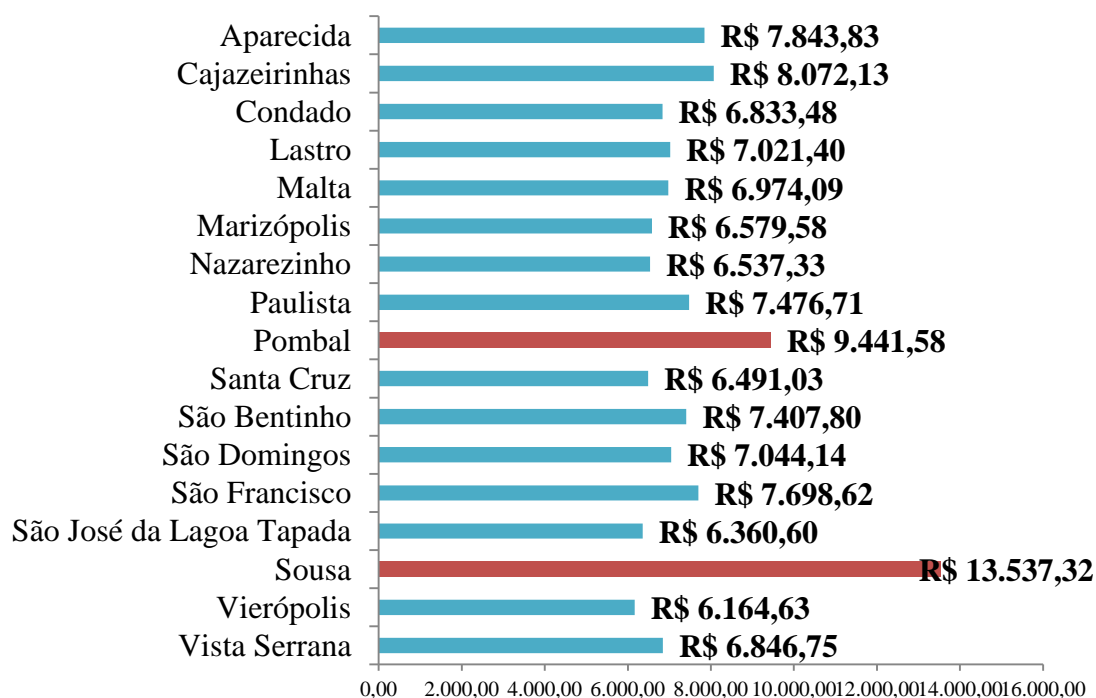
da participação de Campina Grande, com 16,17%, e João Pessoa, com 44,72% (IBGE CIDADES, 2017).

#### 4.4.2 PIB *per capita* na microrregião de Sousa

O PIB *per capita* é um indicador medido através da razão entre o PIB e número de habitantes de uma região, neste caso os municípios da microrregião de Sousa. É considerado ainda um indicador de desenvolvimento, porém, apresenta várias limitações como o fato de mascarar as desigualdades existentes dentro dos municípios da microrregião.

O PIB *per capita*, aparentemente, mostra uma situação de relativa igualdade entre os municípios. Porém, a realidade observada mediante os demais indicadores é controversa. Ainda assim, o município de Sousa se destaca com o maior PIB *per capita*, seguido pelo município de Pombal.

**Gráfico 14: PIB *per capita* dos municípios da microrregião de Sousa em 2014 (Mil Reais)**



Fonte: IBGE CIDADES. Elaboração própria. 2017.

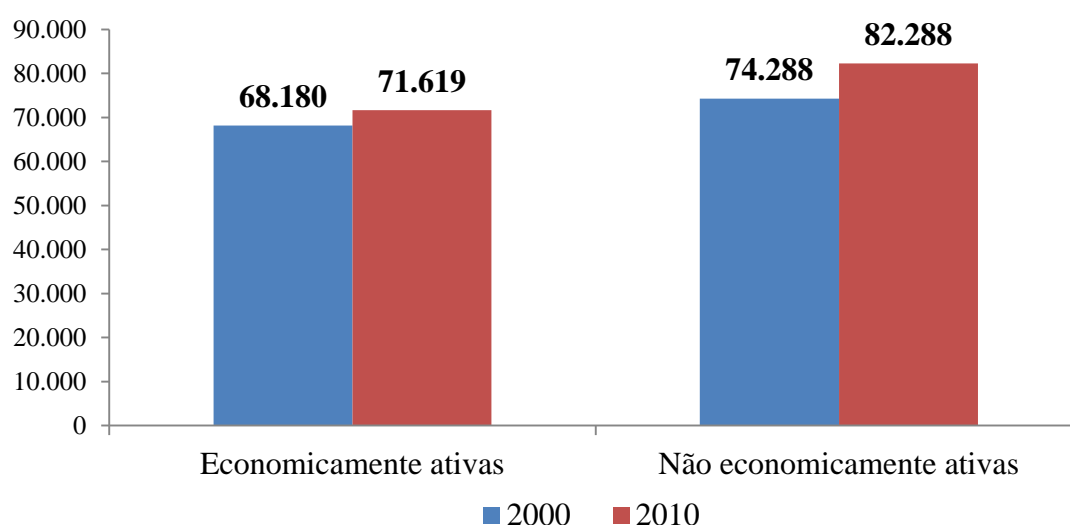
Pode-se utilizar, neste caso específico, o indicador para se ter uma ideia de como a região tem uma concentração de renda em apenas dois municípios, já que mesmo tendo o maior número de habitantes, ainda assim, os municípios de Sousa e Pombal têm o indicador de PIB *per capita* maior que os demais municípios.

#### 4.5 Indicadores de mercado de trabalho

A partir desta seção, serão analisados os indicadores de mercado de trabalho compreendidos pelas principais ocupações e níveis de rendimentos e algumas características como a população economicamente e não economicamente ativa, as pessoas ocupadas por condição de domicílio e sexo, os indivíduos ocupados e não ocupados e o número de admissões no emprego formal.

O Gráfico 15 faz uma comparação entre os anos de 2000 e 2010 no que diz respeito a população economicamente ativa e não economicamente ativa. Pode-se observar que tanto a população economicamente ativa como a população não economicamente ativa, entre os anos de 2000 e 2010, apresentou crescimento. Porém, nota-se que a população não economicamente ativa, em ambos os anos, é superior.

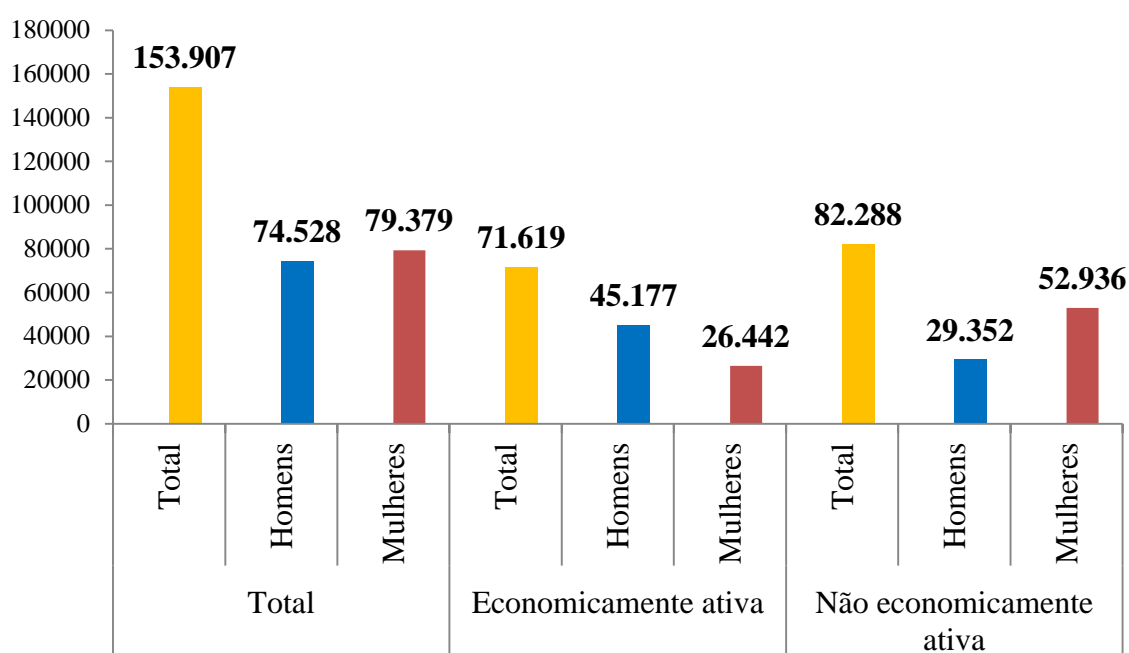
**Gráfico 15: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência (mil pessoas)**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria. 2017.

A população da microrregião de Sousa ainda pode ser subdividida em mais duas categorias: os indivíduos economicamente e não economicamente ativos, de acordo o sexo e com a situação de domicílio para o ano de 2010 (Gráficos 16 e 17). No tocante ao sexo, cerca de 46,5% da população compõe a PEA, sendo que a maioria é representada por homens. Por outro lado, 53,5% representa a população não economicamente ativa, sendo a maior parte de mulheres.

**Gráfico 16: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência, por sexo, em 2010 (mil pessoas)**

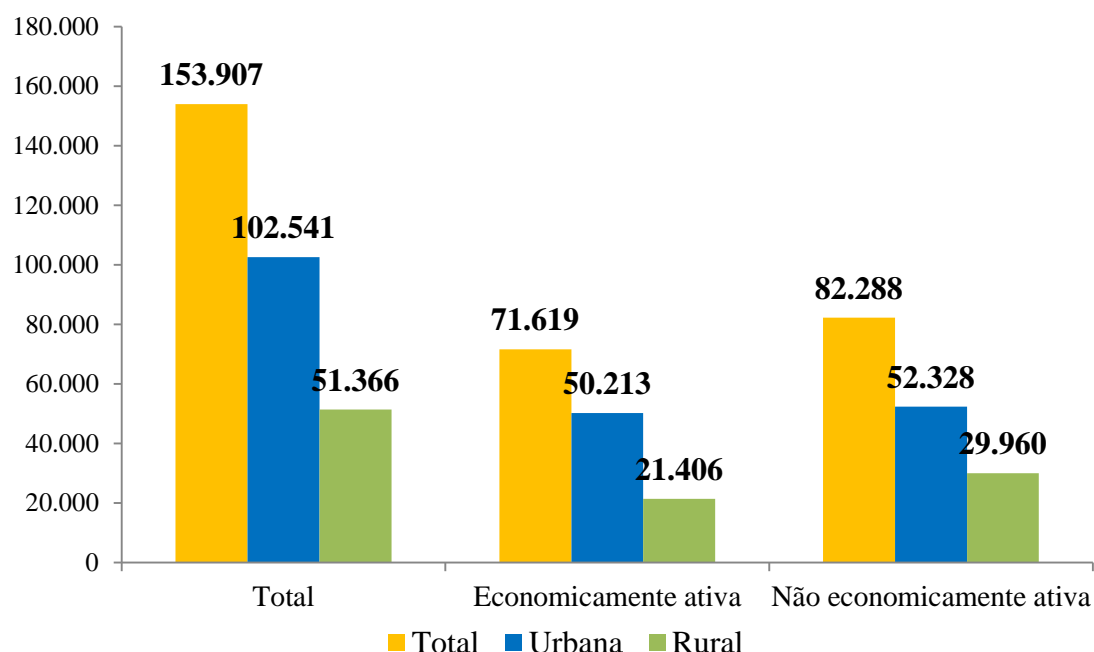


Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

Outra constatação relevante é que a maior parcela da população não economicamente ativa encontra-se no meio rural. Do total da população, cerca de 1/3 ainda ocupa a zona rural, o que requer atenção por parte dos gestores públicos para a manutenção dos serviços sociais e a criação de alternativas de renda que possam garantir as condições dignas de sobrevivência e qualidade de vida dessas pessoas (Gráfico 17).



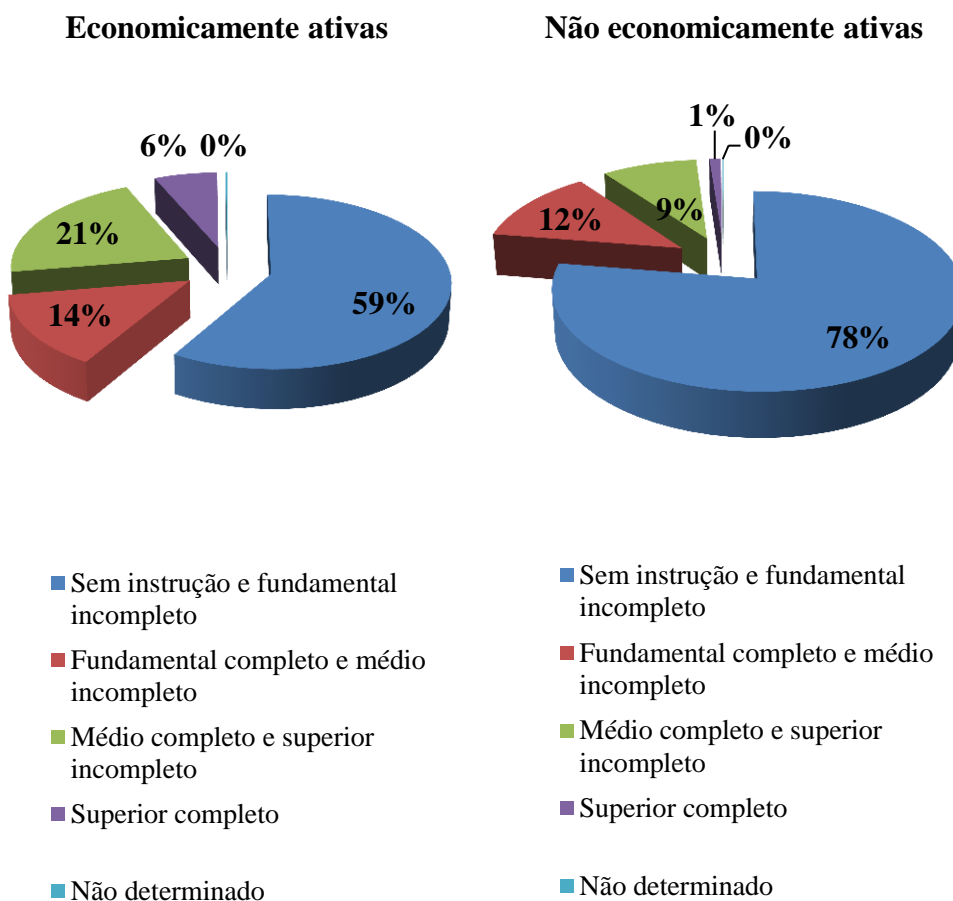
**Gráfico 17: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência e domicílio em 2010 (mil pessoas)**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

O Gráfico 18 destaca os indivíduos economicamente ativos e não economicamente ativos por nível de instrução. A partir das informações, é possível considerar que a maior parte da população, seja economicamente ativa ou não, possui apenas o ensino fundamental incompleto ou não tem instrução. Tal situação tem consequências graves sobre as condições de inserção das pessoas no mercado de trabalho, bem como sobre a reprodução de ocupações precárias de trabalho e rendimentos baixos.

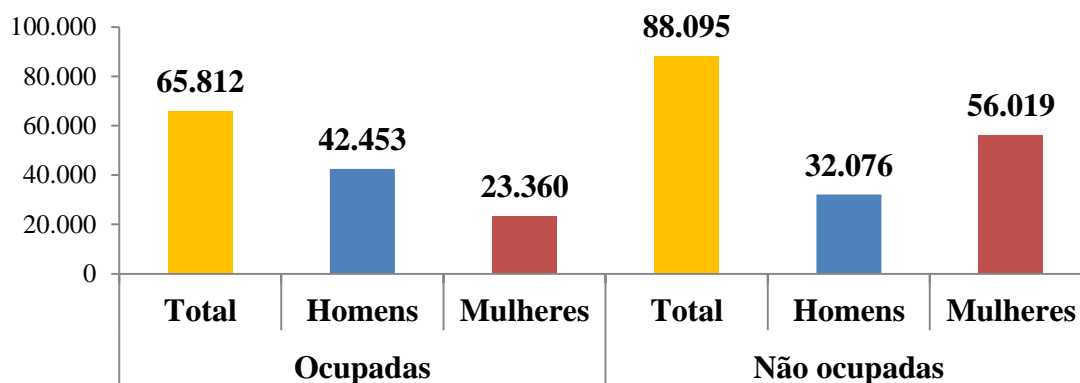
**Gráfico 18: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, segundo o nível de instrução (%)**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

O Gráfico 19 nos traz a dimensão dos indivíduos ocupados e desocupados no ano de 2010 por sexo. Os indicadores são explícitos em mostrar que, do total de pessoas em condição de trabalhar, existem mais indivíduos desocupados do que ocupados, sendo a maioria de mulheres.

**Gráfico 19: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de ocupação em 2010 (número de pessoas)**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

De acordo com a Tabela 7, as cidades com o maior número de pessoas contratadas em empregos formais foram Sousa e Pombal. Em Sousa, no ano de 2016, as profissões que obtiveram o maior número de admissões foram: motorista de caminhão, ajudante de motorista e auxiliar de escritório. Em Pombal foram: auxiliar de escritório, repositor de mercadorias e operador de caixa.

**Tabela 7: Municípios da microrregião de Sousa - Admissões no período de 2010 a 2016 (número de empregos formais)**

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aparecida	21	23	57	26	57	39	25
Cajazeirinhas	-	-	-	8	3	-	1
Condado	5	12	2	7	8	29	30
Lastro	6	3	17	12	4	-	1
Malta	20	22	7	11	14	6	5
Marizópolis	10	48	34	27	9	12	4
Nazarezinho	18	14	6	15	8	8	7
Paulista	20	18	9	14	8	11	13
Pombal	259	312	313	295	337	373	267
São Bentinho	7	8	1	7	10	5	6
Santa Cruz	44	89	10	21	19	12	9
São Domingos	1	-	1	14	4	8	6
São Francisco	1	8	13	7	21	16	17
São José da Lagoa Tapada	30	23	24	44	18	6	6
Sousa	1.788	2.050	2.387	2.317	2.506	2.203	2.006
Vierópolis	5	14	2	4	11	9	28
Vista Serrana	50	2	7	7	6	4	1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED. Elaboração própria. 2017.

Nota<sub>1</sub>: Os campos preenchidos por “-” correspondem a ausência de informações.

Nos demais municípios, serão destacadas as profissões que mais empregaram no ano de 2016. Em Aparecida: estivador, vendedor de comércio varejista e trabalhador agropecuário. Em Cajazeirinhas a profissão com maior número de admissões foi promotor de vendas especializado. Em Condado, sobressaíram-se serventes de obras, pedreiro e trabalhador agropecuário. Em Malta, técnico em secretariado, mecânico de manutenção de máquinas cortadoras de grama, roçadeiras, motosserras e similares, sacristão, auxiliar nos serviços de alimentação e técnico em enfermagem. Em Marizópolis, farmacêutico, supervisor de caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco) e frentista. Em Nazarezinho, operador de caixa, frentista, gerente comercial, atendente de lojas e mercados e vendedor de comércio varejista. Em Paulista, motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais), farmacêutico e frentista. Em São Bentinho, pedreiro, frentista, gerente administrativo e servente de obras. Em Santa Cruz, mecânico de refrigeração, embalador a mão e motorista de ônibus urbano. Em São Domingos, oleiro (fabricação de tijolos), trabalhador agropecuário em geral, gerente administrativo e soldador. Em São Francisco, costureiro na confecção em série, ajudante de confecção e gerente de vendas. Em São José da Lagoa Tapada, frentista, atendente de farmácia (balconista) e estivador. Em Vieirópolis, foram destroçador de pedra, serventes de obras e pedreiro. Já em Vista Serrana, o maior número de admissões foi para frentista (MTE/CAGED, 2017).

A partir deste cenário, pode-se observar como a população trabalhadora da microrregião de Sousa está relacionada com o nível de instrução fundamental ou médio, dadas as profissões nas quais está inserida, o que, consequentemente, afeta o nível de renda. Observa-se também que a maioria dos empregos está concentrada no setor agropecuário, serviços e construção civil.

A Tabela 8 traz uma análise dos municípios que compõem a microrregião de Sousa no que diz respeito ao nível de instrução das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais de idade. De acordo com o nível de instrução, os indivíduos com maior percentual de ocupação possuem apenas o ensino fundamental completo. Demonstrando assim, como estes indivíduos podem estar inseridos em ocupações de baixo nível de rendimento.

**Tabela 8: Microrregião de Sousa - Pessoas ocupadas com 18 anos ou mais de idade por nível de instrução em 2010 (%)**

	<b>Fundamental completo</b>	<b>Médio completo</b>	<b>Superior completo</b>
Aparecida	36,53	21,97	4,7
Cajazeirinhas	29,8	20,86	3,9
Condado	34,05	23,87	6,05
Lastro	24,04	14,55	2,18
Malta	41,46	28,39	5,1
Marizópolis	43,55	26,74	4,24
Nazarezinho	32,99	20,57	3,4
Paulista	30,25	18,92	4,33
Pombal	42,99	30,84	9,14
Santa Cruz	41,18	28,65	4,09
São Bentinho	34,19	20,63	2,96
São Domingos	21,82	12,3	2,09
São José da Lagoa Tapada	28,24	19,72	3,8
Sousa	50,04	35,4	9,06
Vieirópolis	28,47	19,65	4,71

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

Os dados revelaram que o município de Sousa é o que mais se destaca nas três categorias de níveis de instrução analisadas: fundamental completo, médio completo e superior completo, compreendendo, respectivamente, 50%, 35% e 9% da população do município que está ocupada. São Domingos é o município que apresenta o menor percentual de indivíduos ocupados nos três níveis de instrução analisados.

#### *4.5.1 Principais ocupações*

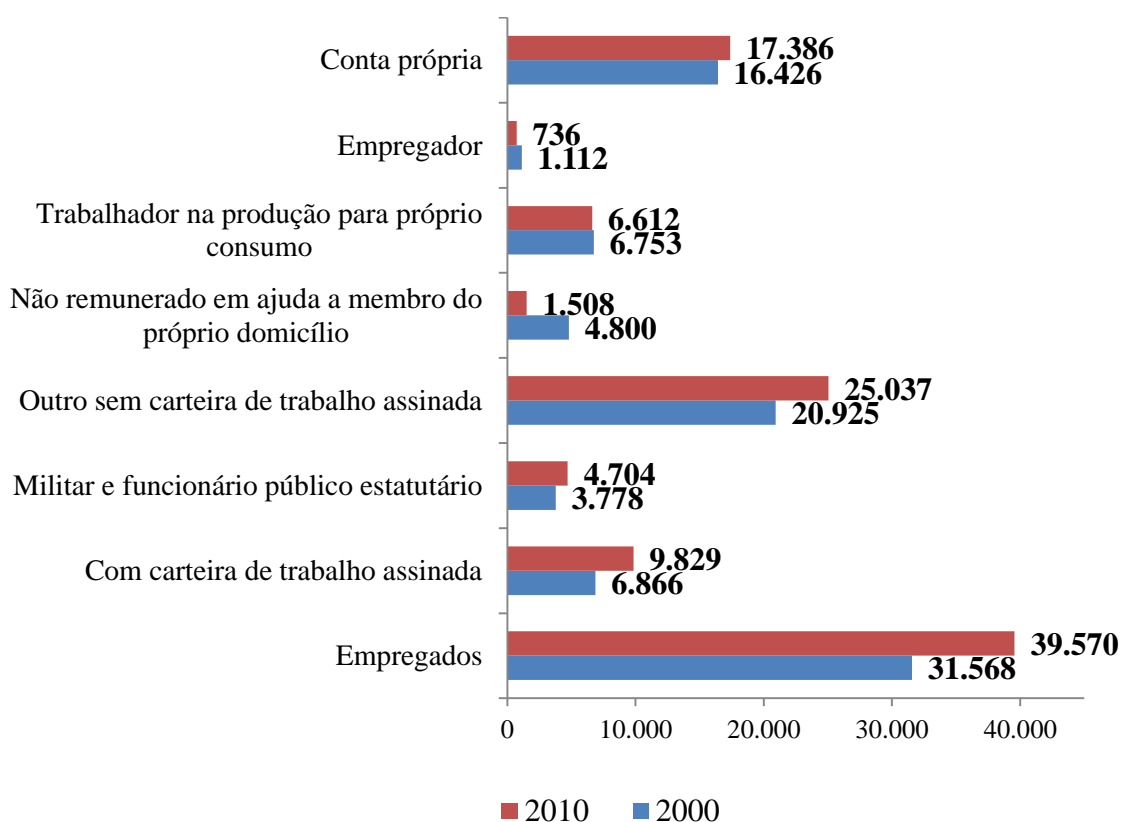
Nesta seção será possível analisar as principais ocupações no trabalho da população da microrregião de Sousa.

O Gráfico 20 faz uma comparação entre os indivíduos ocupados sob diferentes condições. Na categoria de empregados estão os indivíduos com e sem carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários e os que não apresentam carteira de trabalho assinada. Em outra categoria estão, os não remunerados que ajudam em trabalhos no domicílio e os trabalhadores na produção para o próprio consumo. Ainda se registra os segmentos de empregadores e os indivíduos que trabalham por

conta própria. Entre 2000 e 2010, observa-se que houve um aumento em quase todas as categorias, com exceção dos indivíduos não remunerados que ajudam em trabalhos no domicílio, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os empregadores.

O número de empregados, entre 2000 e 2010, apresentou taxa de crescimento de aproximadamente 25%. Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, os militares e funcionários públicos estatutários e os indivíduos sem carteira de trabalho assinada tiveram um acréscimo de 43%, 24% e 20%, respectivamente. Os não remunerados em ajuda a membro do domicílio e os trabalhadores na produção para o próprio consumo tiveram um decréscimo de cerca de 69% e 2%, respectivamente. Houve também uma redução no número de empregadores correspondente a 34%. Já a quantidade de indivíduos por conta própria aumentou 5,84%.

**Gráfico 20: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (número de pessoas)**



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração própria. 2017.

A Tabela 9 apresenta as ocupações de acordo com a antiga classificação do Censo Demográfico do IBGE no ano de 2010. A partir dela é possível observar que na microrregião de Sousa, tanto homens quanto mulheres, em sua maioria, estão inseridos em atividades que dizem respeito aos setores agropecuário, florestal, de caça e pesca. O menor número de ocupações corresponde às atividades ligadas a membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, nas quais, as mulheres nem fazem parte. As mulheres só superam os homens em atividades ligadas às ciências e às artes. Além de trabalhos na área de serviços como vendedoras do comércio em lojas e mercados e serviços administrativos.

**Tabela 9: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de ocupação no trabalho principal (antiga classificação) no trabalho principal e sexo em 2010 (número de pessoas)**

	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Total</b>	<b>65.812</b>	<b>42.453</b>	<b>23.360</b>
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	1.960	1.279	681
Profissionais das ciências e artes	4.323	1.416	2.907
Técnicos de nível médio	2.864	1.462	1.402
Trabalhadores de serviços administrativos	3.396	1.436	1.959
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	19.129	8.148	10.981
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	18.059	15.116	2.943
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	12.874	11.233	1.641
Trabalhadores de reparação e manutenção	794	770	24
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	29	29	-
Ocupações mal especificadas	2.384	1.563	821

Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração própria. 2017.

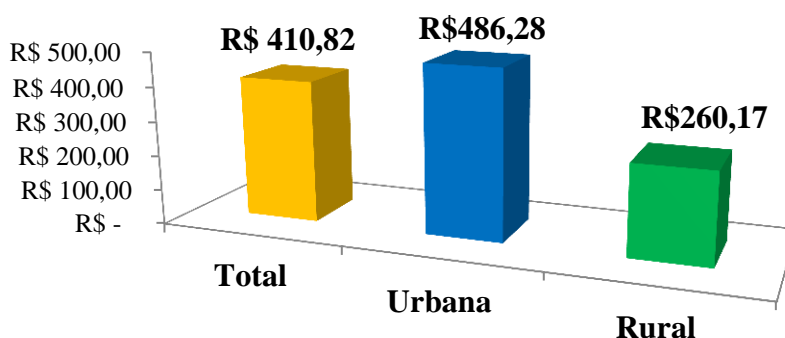
#### 4.5.2 Níveis de rendimento

Os próximos indicadores correspondem aos rendimentos auferidos mensalmente, sendo distribuídos por sexo, por município e a renda *per capita* de cada município que compõe a microrregião de Sousa.

O Gráfico 21 mostra o rendimento médio mensal na microrregião de Sousa por condição de domicílio. Ao comparar a zona urbana e a zona rural, tem-se um nível

médio de rendimentos de R\$ 486,28 e R\$ 260,17, respectivamente. A média de rendimento na microrregião corresponde a R\$ 410,82, sendo um pouco inferior a dos indivíduos residentes na Zona Urbana.

**Gráfico 21: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, rendimento\* nominal médio mensal por condição de domicílio em 2010 (R\$)**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

\* Em 2010 o salário mínimo era de R\$ 510,00.

A partir da Tabela 10, pode-se observar a quantidade de indivíduos por classes de rendimentos. De modo geral, os dados mostram que os maiores níveis de rendimento são auferidos pela minoria da população. A faixa de rendimento que concentra o maior número de pessoas está entre  $\frac{1}{2}$  e 1 salário mínimo, tanto para homens quanto para mulheres, o que corresponde a uma faixa de R\$ 255,00 a R\$ 510,00 por mês.

**Tabela 10: Microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e classes de rendimento em 2010 (número de pessoas)**

Salário mínimo	Homens	Mulheres
Até $\frac{1}{2}$	10.140	18.001
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1	24.760	21.875
Mais de 1 a 2	6.754	5.682
Mais de 2 a 5	3.211	2.357
Mais de 5 a 10	1.007	473
Mais de 10 a 20	273	85
Mais de 20	92	18
Sem rendimento	28.272	30.844

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

Nota<sub>1</sub>: Salário mínimo R\$510,00



Ainda quanto às faixas de rendimento, tem-se que a maioria das pessoas se encontram na categoria sem rendimento, o que mostra como a microrregião apresenta condições frágeis no tocante a geração de renda.

De acordo com a Tabela 11, é possível visualizar a média dos níveis de rendimento mensal entre os municípios que compõem a microrregião de Sousa, a Paraíba e o Brasil. O município que apresenta o maior nível de renda médio é Sousa (R\$ 513,90). O menor é o município de Lastro (R\$ 248,47). A média de rendimentos na microrregião de Sousa é de aproximadamente R\$ 300,69. Pode-se observar ainda que em relação a Paraíba e o Brasil, a microrregião tem um nível de renda baixo o que pode estar ligado as ocupações nas quais estão inseridas a população.

**Tabela 11: Brasil, Paraíba e municípios da microrregião de Sousa - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, valor do rendimento nominal médio mensal, por município em 2010 (R\$)**

	<b>2010</b>
<b>Brasil</b>	<b>901,01</b>
<b>Paraíba</b>	<b>550,32</b>
Aparecida	322,2
Cajazeirinhas	242,69
Condado	334,64
Lastro	248,47
Malta	450,23
Marizópolis	347,77
Nazarezinho	252,91
Paulista	358,84
Pombal	443,61
Santa Cruz	333,25
São Bentinho	339,4
São Domingos	295,46
São Francisco	298,84
São José da Lagoa Tapada	258,2
Sousa	513,9
Vieirópolis	264,46
Vista Serrana	302,44

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria. 2017.

A Tabela 12 mostra o nível de rendimento *per capita* recebido no Brasil, na Paraíba e nos municípios da microrregião de Sousa. De modo geral, com exceção do município de Vista Serrana, entre 2000 e 2010, houve o aumento da renda *per capita* de aproximadamente 67,09%. Entre 1991 e 2000, esse crescimento foi superior em 8,44%.

**Tabela 12: Brasil, Paraíba e microrregião de Sousa - Renda *per capita* em 2010**  
(R\$)

	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>447,56</b>	<b>592,46</b>	<b>793,87</b>
<b>Paraíba</b>	<b>196,59</b>	<b>299,09</b>	<b>474,94</b>
Aparecida	91,96	207,5	271,98
Cajazeirinhas	87,53	134,98	205,12
Condado	107,97	155,14	282,25
Lastro	43,7	108,72	219,67
Malta	106,82	211,34	378,53
Marizópolis	85,8	168,92	299,15
Nazarezinho	68,69	116,5	213,53
Paulista	110,95	189,32	308,48
Pombal	177,92	228,33	401,6
Santa Cruz	81,29	158,64	291,16
São Bentinho	68,34	138,09	286,99
São Domingos	77,99	154,54	253,36
São Francisco	61,28	136,99	261,15
São José da Lagoa Tapada	71,32	109,65	216,66
Sousa	170,13	289,34	443,81
Vieirópolis	57,56	117,1	226,49
Vista Serrana	171,32	254,5	251,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria. 2017.

Enquanto em 1991 a renda *per capita* do Brasil era R\$ 447,56, na Paraíba era de R\$ 196,59. E, na microrregião de Sousa era ainda mais baixa, correspondendo apenas a R\$ 96,50. Em 2000, houve uma melhora no cenário da microrregião e a renda *per capita* passou para R\$ 169,39. Em 2010, houve outra melhora significativa e a renda *per capita* passou para R\$ 283,02. Contudo, esses valores se encontram abaixo do salário mínimo da época, o que demonstra a fragilidade das condições de rendimento dessa população.

#### 4.6 Políticas públicas locais

Esta seção tratará sobre a existência de políticas públicas locais voltadas para a geração de emprego e renda, a partir de informações de 2013, disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Será dada uma atenção especial aos municípios de Pombal e Sousa, pois, de acordo com os dados analisados na seção anterior, estes são os municípios com os melhores indicadores econômicos que poderiam contribuir com a criação de ocupações produtivas de trabalho em condições mais adequadas. São esses municípios que, possivelmente, são responsáveis pela dinâmica da economia na microrregião. Quanto ao município de Sousa serão apresentadas informações provenientes de uma entrevista exploratória realizada no ano de 2017, para verificar se existem políticas no município direcionadas a geração de emprego e renda.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no tocante a inclusão produtiva, entendida como “ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da Economia Solidária” (MDS, 2017), pode-se verificar o comportamento destes municípios para a geração de emprego.

Considerando o mercado de trabalho mediante dados disponíveis no MDS observou-se que o município de Pombal, em 2013, ofertava 250 vagas de trabalho nas áreas de manutenção elétrica, informática e web e manutenção predial. A Prefeitura da referida cidade apresenta as questões ligadas ao trabalho na Secretária de Assistência Social. Ainda de acordo com o MDS, por parte do governo municipal, observaram-se ações de inclusão produtiva para a geração de emprego e renda e formação e/ou qualificação profissional. Registram-se, ainda, parcerias com o Governo Federal, instituições do setor público e privado que contribuem para a geração de emprego e renda. Em relação a qualificação profissional cita-se a existência de parcerias com instituições do setor público, com os governos Federal e Estadual e Instituições de Ensino Superior como Universidade, Centros Universitários e Faculdades.

No município de Sousa, em 2013, de 550 vagas de trabalho ofertadas, tem-se que 250 estão ligadas ao setor de informática e web, 200 ligadas ao comércio, 50 para a construção civil e 50 para a manutenção de veículos terrestres e aquáticos. De acordo com o MDS, o órgão responsável por estas questões é a Secretaria de Assistência

Social. Não foram registradas ações de inclusão produtiva para a geração de emprego e renda. Porém, existem ações de formação, qualificação e/ou capacitação profissional ligadas a órgãos do Sistema S, cita-se, o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Social do Comércio (SESC).

Conforme entrevista realizada em 2017, a prefeitura Municipal de Sousa não apresenta uma secretaria específica destinada aos assuntos referentes a geração de emprego e renda. Porém, de acordo com o depoimento do diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura, esta unidade é a que mais se aproxima de um órgão para a promoção de empregos. A Agência de Desenvolvimento Econômico tem por finalidade contribuir com o aumento do emprego formal na cidade através da concessão de crédito a micro e pequenos empresários, incentivando a economia local.

Entre os programas adotados, destaca-se o “Fazer Negócio” que é destinado aos micro e pequenos empresários já existentes e aos que pretendem se tornar empreendedores individuais. É restrito aos pequenos empresários da cidade. O programa visa retirar os indivíduos da informalidade e torná-los micro e pequenos empresários capacitados e que contribuam com a dinâmica da economia local e se beneficiem em seus empreendimentos. Atualmente, o programa não apresenta um cronograma definido para suas ações, porém, o responsável pelo setor informou que há um trabalho em curso para que isso ocorra. A quantidade de indivíduos contemplados pelo programa está sujeita a dotação de recursos destinados pela Secretaria de Finanças. O município subsidia todos os custos do programa. Entre os requisitos para participar estão: ser um micro e pequeno empresário individual e possuir o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). O critério de elegibilidade para participar do programa ocorre por ordem de chegada dos interessados.

Entre as principais ações está o oferecimento de capacitação em parceria com o escritório do SEBRAE da cidade e a concessão de um empréstimo no valor de R\$ 2.000,00, sem o encargo de juros, o que pode auxiliar os microempreendedores a dar continuidade em seus negócios ou abrir um novo negócio.

No tocante aos cursos ofertados, destacaram-se manicure e cabeleireiro, entre outros. Segundo os gestores do programa, existem dificuldades no tocante ao convencimento dos indivíduos que se candidatam para participarem do programa, sendo

um dos problemas a indisponibilidade de informações importantes por parte dos candidatos para concorrerem a uma vaga. Além disso, existe a resistência, por parte dos indivíduos, em aceitar participar de todo o processo.

Para o município de Sousa, segundo o diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura, é muito importante ser autossuficiente na geração de emprego e renda, pois, “é uma forma de libertar o cidadão dos programas sociais” e contribuir para sua qualidade de vida. Destacou, ainda, a importância de promover parcerias intelectuais entre os municípios da microrregião. Para ele: “Não seria interessante centralizar o programa”. Além disso, o programa tem cumprido com seu objetivo, pois, mesmo que não consiga o seu objetivo principal de auxiliar na formalização do emprego na cidade, pelo menos está contribuindo para a economia, já que o capital destinado aos microempreendedores “gira dentro da economia sousense”.

Foi relatado, também, a existência de parcerias com o Governo Estadual por meio do Programa Empreender Paraíba, sendo que a Prefeitura fornece apoio logístico quando ocorrem eventos. Em relação ao Governo Federal, não foram verificadas parcerias por parte do mesmo, mas, o diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura destacou que é importante o seu apoio. Por tudo que foi destacado, ressalta-se a preocupação desse órgão em ser um intermediador na geração de emprego e renda de modo a contribuir com a dinâmica da economia local.

Segundo as informações disponíveis no MDS, todos os demais municípios que compõem a microrregião de Sousa tem suas questões relativas ao tema de emprego e renda situadas na Secretaria de Assistência Social. Municípios como Lastro, por exemplo, nem sequer sabe se existem ações que estimulam a geração de emprego e renda e nem indicam a existência de programas de qualificação profissional. Os municípios de Malta e São Domingos declaram que não desenvolvem políticas com o intuito de gerar emprego e renda. Este último ainda apresenta parcerias com o Sistema S e o Governo Federal. Nos municípios de Condado e São Francisco não existe nem um tipo de parceria com órgãos de qualquer natureza.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar as características socioeconômicas da microrregião de Sousa e suas condições na geração de emprego e renda sustentáveis para a população local. Para tanto, foram analisadas características da população como pobreza, nível de concentração de renda, indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho. Além de uma investigação sobre a existência de políticas públicas locais.

A população da microrregião de Sousa é bastante expressiva e a maior parte dos residentes está na zona urbana. Ao considerar os indicadores socioeconômicos, reconhece-se a existência de questões preocupantes, como o baixo nível de instrução das pessoas, o que impacta diretamente nas ocupações que estes indivíduos irão pleitear no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em seu nível de renda. A esperança de vida ao nascer está abaixo da brasileira e da paraibana, o que tem conseqüências diretas sobre a qualidade de vida das pessoas. Considerando o rendimento por domicílio, em 2010, os indivíduos recebiam valores abaixo do salário mínimo, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Os maiores níveis de rendimentos estão concentrados em uma minoria da população da microrregião.

Por outro lado, a taxa de alfabetização na microrregião apresentou melhoras e alcançou aproximadamente 75%. Entre os anos de 1991, 2000 e 2010, observou-se redução no nível de pessoas extremamente pobres, vulneráveis à pobreza e pobres, com exceção de alguns municípios da microrregião.

Quanto ao nível de produção, os maiores PIBs estão nos municípios de Sousa e Pombal. Entre os anos de 2002 e 2014, ao analisar a distribuição do PIB por setores produtivos, revelou-se uma retração da participação do setor agropecuário, com exceção dos municípios de Aparecida, Malta, São Francisco e Vieirópolis. Ao contrário do setor agropecuário, o setor industrial apresentou crescimento no mesmo período em quase todos os municípios, com exceção de Malta, São Bentinho e São Domingos. O setor de serviços, por sua vez, exibiu crescimento em todos os municípios da microrregião neste mesmo período. Considerando o ano de 2010 e o indicador de renda *per capita* no Brasil, na Paraíba e na microrregião de Sousa, pode-se observar o quanto a microrregião tem um nível de renda baixo.

No tocante às políticas públicas implantadas no município de Sousa, as ações existentes ainda são bastante centradas em um grupo específico e não atende toda a população local e nem a da microrregião. Caberia ao município tentar buscar programas que englobassem a parte mais vulnerável da população, tendo em vista que na ausência de políticas que fomentem a geração de emprego e renda sustentáveis, a dependência desse público aos programas sociais de transferência de renda torna-se cada vez mais forte. Além disso, devem-se realizar parcerias que proporcionem a criação de ideias e sugestões que visem contribuir com a geração de emprego e renda em todos os municípios que compreendem a microrregião.

Utilizando como termo comparativo a microrregião de João Pessoa com a microrregião de Sousa, pode-se observar o quanto existem disparidades dentro do próprio estado. Enquanto a primeira é a região mais desenvolvida do estado e contribui com mais de 50% dos empregos formais no estado da Paraíba, a segunda contribui apenas com 2%, com alta concentração das ocupações informais, o que mostra a fragilidade da microrregião na geração de renda e nas condições de qualidade de vida para sua população.

Embora o processo de descentralização de políticas públicas tenha proporcionado aos municípios poder decisório e a transferência de recursos para o financiamento de setores estratégicos como saúde e educação, os avanços obtidos não foram suficientes para proporcionar a capacidade de desenvolvimento por conta própria e permitir qualidade de vida digna para a maioria da população local. Em geral, os pequenos municípios mantêm as fragilidades históricas com o pouco dinamismo da atividade econômica e a incapacidade de diversificar as potencialidades da geração de emprego e renda.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. COUTO, C. G. A redefinição do papel do estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 1996. Disponível em:

<[http://researchgate.net/publication/263926737\\_A\\_redefinicao\\_do\\_papel\\_do\\_Estado\\_no\\_ambito\\_local](http://researchgate.net/publication/263926737_A_redefinicao_do_papel_do_Estado_no_ambito_local)>. Acesso em: 08 mar. 2017

AFFONSO, R. Os municípios e os Desafios da Federação no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 3-10, 1996. Disponível em:

<[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_01.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2017.

AFONSO, J. R. R. Descentralização Fiscal: revendo ideias. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1994. Disponível em:

<[revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1718/2088](http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1718/2088)>. Acesso em: 10. abr. 2017

ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização – Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 31, 1996.

Disponível em: <[www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm)>. Acesso em: 09 mar. 2017

ARRETCHE, M. **Relações Federativas nas Políticas Sociais**. Campinas, p. 25-48, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12922.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro, heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 58-59; 291-292; 296.

ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**. São Paulo, 1997. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a02.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: ago./set. 2017

BAVA, S. C. Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, p. 53-59, 1996. Disponível em:

<[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03\\_07.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_07.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2017

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento municipal sustentável**. Brasília, 1999. Disponível em:

<[www.iica.org.br/docs/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf](http://www.iica.org.br/docs/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017

CARVALHO, D. F. Pacto Federativo e Descentralização Fiscal no Brasil na década de 90. In: Encontro Nacional de Economia Política. Curitiba, 2002. **Anais...** Disponível em: <[www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/PactoFederativoeDescentralizacaoFiscal.p](http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/PactoFederativoeDescentralizacaoFiscal.pdf)  
df>. Acesso em: 12 jul. 2017



CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, p. 1011-1042, 2012. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12>>. Acesso em: 14 jul. 2017

FAUVRELLE, T. A.; TARGINO, I. O desempenho da economia paraibana no contexto nacional: a década de 2000. João Pessoa, 2011. **Cadernos do Logepa**. Disponível em:  
<[periodicos.ufpb.br/index.php/logepa/article/viewFile/10952/6644](http://periodicos.ufpb.br/index.php/logepa/article/viewFile/10952/6644)>. Acesso em: 31 jul. 2017.

FELICÍSSIMO, J. R. Os impasses da descentralização político-administrativa na democratização do Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n.1, p. 6-15, 1992. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rae/v32n1/a02v32n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n1/a02v32n1.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2017

FIEP. Federação das Indústrias da Paraíba. **Desigualdades regionais**. Campina Grande, 2013. Disponível em: <[http://www.fiepb.com.br/arquivos/FIEPB\\_-\\_As\\_desigualdades\\_regionais-\\_FINAL.pdf](http://www.fiepb.com.br/arquivos/FIEPB_-_As_desigualdades_regionais-_FINAL.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2017

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. São Paulo, p. 483-486, 2004. Disponível em: <[www.rep.org.br/pdf96-1.pdf](http://www.rep.org.br/pdf96-1.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2017

GUEDES, K. P.; GASPARINI, C. E. Descentralização Fiscal e tamanho do governo no Brasil. **Economia Aplicada**. São Paulo, p. 303-323, 2007. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n2/07.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017

GUIMARÃES, A. Q. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. **Ensaio FEE**, p. 313-338, 2011. Disponível em:  
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2381/2979>>. Acesso em: 28 jul. 2017

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avanços**. São Paulo, 1997. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=251620&idtema=16&search=paraiba|sousa|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2516201>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em:  
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>>. Acesso em: ago./set. 2017

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais>>. Acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Político-Administrativa**. Disponível em: <<http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmeme/t2.shtm>>. Acesso em: 15 maio 2017.

IDEME. **Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba e de seus municípios**. Disponível em: <<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/produto-interno-bruto-do-estado-da-paraiba-e-de-seus-municipios-2010-2013.pdf/view>>. Acesso em: 15 maio 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1726.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1726.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2017

IPEADATA. **PIB Estadual a preços constantes**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: set. 2017

JACOBI, P. Políticas Públicas uma agenda de questões e indagações no contexto da transição. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, p. 42-45, 1989. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n01-02/v03n01-02\\_08.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n01-02/v03n01-02_08.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2017

KERBAUY, M. T. M. Descentralização, municipalização e elites locais. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2001, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2000. Disponível em: <[www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt14-15/4445-mkerbauy-descentralizacao/file](http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt14-15/4445-mkerbauy-descentralizacao/file)>. Acesso em: 17 abr. 2017

LIMA, A. C. C.; LIMA, J. P. R. **Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da “guerra fiscal” Economia e Sociedade**. Campinas, p. 557-588, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/06.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017

LIMA, P. Economia do Nordeste: tendências recentes na área dinâmica. **Análise econômica**. Recife, p. 55-73, 1994. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10558/6194](http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10558/6194)>. Acesso em: 12 jul. 2017

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatórios de informações sociais**. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=qualificacao\\_profissional](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=qualificacao_profissional)>. Acesso em: 13 out. 2017

\_\_\_\_\_. **Inclusão Produtiva Urbana**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1>>. Acesso em: 13 out. 2017

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista EconomiA**. Brasília, p. 1-21, 2008. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1\\_21.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2017.

NAZARETH, P. A. C. P. Descentralização Fiscal e Autonomia Municipal: elementos para o debate. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, p.117-132,2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/703/947>>. Acesso em: 14 jul. 2017

SILVA, R. V. A. Descentralização e Municipalização: a redefinição do papel do estado no âmbito local. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2000, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis: ENANPAD, 2000. Disponível em: <[www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad.../2000\\_ADP425.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad.../2000_ADP425.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na Transformação da Realidade. **Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia**. Bahia, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TOLEDO, P. H. V. M. O Relatório do GTDN de Celso Furtado e seu diagnóstico sobre a economia nordestina. In: **O GTDN e a SUDENE de Furtado no Desenvolvimento Econômico do Nordeste: concepção e realidade**. 2013. 57 f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1718/1/PHVMToledo.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017

## APÊNDICE

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1- Existe no município alguma secretaria destinada a promover a geração de emprego e renda?
- 2- Qual sua percepção sobre como o município pode contribuir na geração de empregos para a população residente?
- 3- Como se classifica a importância que o município dá as políticas de geração de emprego e renda:  
( ) Leve ( ) Moderada ( ) Importante ( ) Altamente importante
- 4- Existem ações específicas por parte do município para gerar empregos? Se sim, quais?
- 5- Quais as dificuldades encontradas para executar essas ações?
- 6- O município tem alcançado seus objetivos no tocante as políticas implementadas para o mercado de trabalho?
- 7- O município tem políticas ou ações voltadas para atender a microrregião?
- 8- Existem parcerias junto aos governos estaduais e/ou federais para a geração de emprego e renda?
- 9- Para o município é importante ser autossuficiente na geração de emprego e renda? Por que?
- 10- Há parcerias com os demais municípios da microrregião para a geração de emprego e renda?